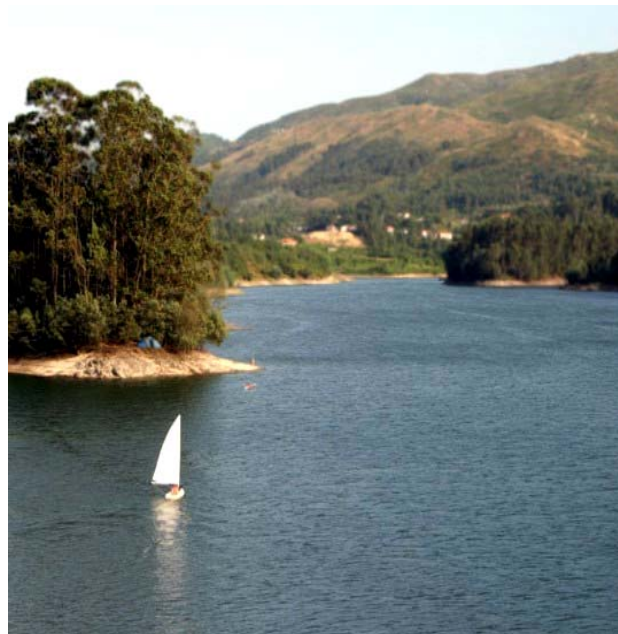


www.dhv.pt

Plano de Ordenamento da Albufeira do ERMAL



Relatório Fase 3

Outubro | 2010
E17109

Volume IV – Relatório Ambiental

DHV, S.A.
Estrada de Alfragide, nº 92
Alfragide
2610 - 015 Amadora - PORTUGAL
T +351 214 127 400
F +351 214 127 490
E info-pt@dhv.com

ÍNDICE GERAL

Volume I – Relatório

Volume II – Regulamento

Volume III – Programa de Execução

Volume IV – Relatório Ambiental

Volume V – Resumo Não Técnico do Relatório Ambiental

ÍNDICE DE CARTAS

Carta 1 – Planta de Enquadramento

Carta 2 – Planta da Situação Existente

Carta 3 – Planta de Síntese

Carta 4 – Planta de Condicionantes

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO / METODOLOGIA	7
2. OBJECTIVOS E OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO POAE	11
2.1. OBJECTIVOS	11
2.2. OPÇÕES ESTRATÉGICAS	12
3. RAZÕES QUE JUSTIFICAM AS ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS	15
4. RELAÇÃO COM OUTROS PLANOS E PROGRAMAS PERTINENTES	17
4.1. INTRODUÇÃO	17
4.2. COERÊNCIA DOS OBJECTIVOS DO POAE COM O QRE	18
5. AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO POAE	23
5.1. INTRODUÇÃO	23
5.2. FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO	23
5.3. AVALIAÇÃO POR FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO	26
5.3.1. Recursos Hídricos	26
5.3.2. Recursos Naturais e Paisagísticos	30
5.3.3. Ordenamento e Gestão Territorial	34
5.3.4. Desenvolvimento Sócio-económico	37
5.4. MEDIDAS DESTINADAS A PREVENIR, REDUZIR E ELIMINAR EFEITOS ADVERSOS	39
5.5. MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS	40
5.6. AVALIAÇÃO GLOBAL	43
6. PLANO DE SEGUIMENTO	47
7. ENVOLVIMENTO PÚBLICO E INSTITUCIONAL	49

ANEXOS

Anexo I – Quadro de Referência Estratégico

PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	50
ESTRATÉGIA NACIONAL DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE	55
ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	56
PLANO NACIONAL DA ÁGUA	56
PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO AVE	57

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS	60
PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO BAIXO MINHO.....	61
PLANO NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS	67
PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS	67
PROGRAMA NACIONAL PARA O USO EFICIENTE DA ÁGUA	68
PLANO ESTRATÉGICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS.....	69
PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO.....	70
QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL.....	71
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VIEIRA DO MINHO	72

Anexo II – Pareceres recebidos no âmbito das Consultas às ERAE e CMC

FIGURAS

Figura 5.1 - Localização das estações de monitorização da qualidade da água de Guilhofrei, de Rio Ave – Albufeira do Ermal e de Cabeceira do Ave	28
Figura 5.2 – Carta de ocupação do solo e biótopos	33

QUADROS

Quadro 1.1– Relação entre os elementos do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 232/2007 e os capítulos do presente relatório	9
Quadro 4.1 – Verificação da coerência dos objectivos do POAE com os objectivos do Quadro de Referência Estratégico	19
Quadro 5.1 – Correspondência entre o QRE, os Factores Ambientais referidos no D.L. nº 232/2007 e os Vectores Estratégicos e de sustentabilidade pertinentes para a AAE.....	24
Quadro 5.2 – Factores Críticos de Decisão e Indicadores de Avaliação.....	25
Quadro 5.3 - Indicadores relativos à situação de partida	41
Quadro 5.4 – Avaliação global dos efeitos do POAE nos FCD	45
Quadro 6.1 - Actividade de acompanhamento – monitorização dos indicadores.....	47
Quadro 6.2 - Actividade de acompanhamento – Medidas de planeamento e gestão	48

INFORMAÇÃO SOBRE O DOCUMENTO E AUTORES

Cliente	Instituto da Água IP.
Referência do Projecto	E25340
Descrição do Documento	Relatório Ambiental
Versão	Final
Referência do Ficheiro	Vol_IV_Relatorio_Ambiental_E24340_VF_POA_AAE_004.doc
N.º de Páginas	75
Autores	Romana Rocha / Ana Rita Marina
Outras Contribuições	Catarina Sequeira / Sara Lemos
Director de Projecto	Romana Rocha
Data	18 de Outubro de 2010

1. INTRODUÇÃO / METODOLOGIA

O presente documento constitui o Relatório Ambiental relativo ao Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal (POAE), elaborado em concordância com as orientações da Agência Portuguesa do Ambiente no âmbito da Avaliação Ambiental de planos e programas (AAE), cujo regime foi estabelecido através do Decreto-Lei n.º 232/ 2007 de 15 Junho.

Este procede à transposição para a ordem jurídica interna das Directivas n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho (que prevê a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente) e da Directiva n.º 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio, (que estabelece a participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente).

A regulamentação da avaliação ambiental dos instrumentos de gestão territorial teve lugar através da publicação do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, que alterou o Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, e que viria a ser alterado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro. O n.º 2 do artigo 45º determina especificamente que os planos especiais de ordenamento do território sejam acompanhados por “Relatório ambiental no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objectivos e o âmbito de aplicação territorial respectivos”.

A albufeira do Ermal, localizada no rio Ave, no concelho de Vieira do Minho, foi construída em 1938 tendo como principal objectivo a produção de energia. Esta albufeira, que se encontra integrada no aproveitamento hidroeléctrico em cascata do rio Ave, está classificada, de acordo com a Portaria n.º 522/2009, de 15 de Maio, como uma albufeira de águas públicas de utilização livre, e como tal, com reconhecida vocação turística.

A decisão de elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal foi determinada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 142/2002, de 7 de Dezembro, tendo-se fundamentado na necessidade de ordenamento decorrente das “intenções manifestadas para a ocupação das suas margens, (...) no sentido de disciplinar os usos e salvaguardar os recursos existentes, com especial ênfase no que respeita à qualidade dos recursos hídricos.”

A elaboração do POAE compreende cinco fases, discriminadas em seguida:

- 1ª Fase – Levantamento da Situação Actual
- 2ª Fase – Estudo de Base e Pré-proposta
- 3ª Fase – Projecto do POAE
- 4ª Fase – Discussão Pública
- 5ª Fase – Elaboração da versão final do POAE

A Avaliação Ambiental de planos e programas, na acepção do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 Junho, tem como objectivo garantir que os planos e programas levam em consideração os efeitos das suas definições e opções estratégicas sobre o ambiente, antes da sua aprovação, tendo em vista a adopção de soluções de desenvolvimento e planeamento do território mais eficazes e sustentáveis.

Assim, *“a avaliação ambiental estratégica aplica-se a decisões de natureza estratégica, utiliza abordagens de avaliação de impactes, considera impactes ambientais, sociais e económicos, propõe-se contribuir para objectivos de sustentabilidade e constitui-se como uma abordagem sistemática de identificação e avaliação prévia de impactes de natureza estratégica”* (Partidário, 2003).

A boa prática da Avaliação Ambiental Estratégica recomenda que a Avaliação Ambiental seja conduzida de forma integrada com a elaboração de propostas sobre as quais incide, com o objectivo de facilitar a sua formulação e contribuir para a integração das considerações de natureza ambiental e a prossecução de objectivos de sustentabilidade.

Neste sentido, a metodologia geral estratégica aplicada na AAE do POAE compreende três fases fundamentais, desenvolvidas em paralelo com as diversas fases de elaboração do POAE:

- 1) A definição de Factores Críticos para a Decisão do Contexto para AAE.
- 2) A Análise e Avaliação – Relatório Ambiental.
- 3) O Seguimento.

A identificação dos Factores Críticos para a Decisão (FCD) foi objecto de um primeiro relatório apresentado na 2ª fase da elaboração do presente plano de ordenamento – Estudo de Base e Pré Proposta. Os resultados da AAE apresentados no presente relatório incorporam os contributos efectuados pelas entidades consultadas sobre o Relatório dos Factores Críticos para a Decisão, em particular as referências efectuadas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, que consistem no seguinte:

- O Quadro de Referência Estratégico deve incorporar o Plano Director Municipal de Vieira do Minho em revisão, na medida em que será este o que melhor traduz a actual estratégia municipal.
- Os critérios e indicadores referentes aos Factores Críticos de Decisão devem ser diferenciados e focalizados no objectivo de sustentabilidade que se pretende atingir, permitindo avaliar a respectiva variação ao longo do tempo.
- Deve ser efectuada referência ao procedimento de Consulta Pública e à emissão da Declaração Ambiental, e o Relatório de Factores Críticos deve incluir a referência à futura estrutura do Relatório Ambiental.

No Relatório Ambiental é objectivo realizar a recolha de elementos técnicos de acordo com os Factores Críticos para a Decisão (FCD) seleccionados e o nível de pormenorização e alcance estabelecido, que permitam fazer a análise de tendências e a avaliação das oportunidades e riscos em termos ambientais e de sustentabilidade, bem como estabelecer directrizes que constituam orientações ou recomendações da AAE e que devem ser implementadas em fase de Seguimento.

Por fim, a fase final consistirá na etapa em que será emitida a Declaração Ambiental tal como prevista na legislação aplicável.

No Quadro seguinte apresenta-se o disposto no artigo 6.º - Relatório Ambiental do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 Junho, com correspondência aos vários capítulos do presente documento.

Quadro 1.1– Relação entre os elementos do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 232/2007 e os capítulos do presente relatório

Alíneas do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 231/2007	Capítulo do presente relatório onde a questão é analisada
a) Uma descrição geral do conteúdo, dos principais objectivos do plano ou programa e das suas relações com outros planos e programas pertinentes;	Capítulo 2 - Objectivos e opções estratégicas do POAE Capítulo 3 - Razões que justificam as alternativas escolhidas Capítulo 4 - Relação com Outros Planos e Programas Pertinentes
b) As características ambientais das zonas susceptíveis de serem significativamente afectadas, os aspectos pertinentes do estado actual do ambiente e a sua provável evolução se não for aplicado o plano ou programa;	Capítulo 5 - Avaliação Ambiental do POAE 5.3.1.2 - Recursos hídricos 5.3.2.2 - Recursos naturais e paisagem 5.3.3.2 - Gestão territorial 5.3.4.2 - Desenvolvimento sócio-económico
c) Os problemas ambientais pertinentes para o plano ou programa, incluindo, em particular, os relacionados com todas as zonas de especial importância ambiental, designadamente as abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro;	Capítulo 5 - Avaliação Ambiental do POAE 5.3.1.3 - Recursos hídricos 5.3.2.3 - Recursos naturais e paisagem 5.3.3.3 - Gestão territorial 5.3.4.3 - Desenvolvimento sócio-económico
d) Os objectivos de protecção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano ou programa e a forma como estes objectivos e todas as outras considerações ambientais foram tomadas em consideração durante a sua preparação;	Capítulo 4. - Relação com Outros Planos e Programas Pertinentes Capítulo 5 - Avaliação Ambiental do POAE 5.3.1.1 - Recursos hídricos 5.3.2.1 - Recursos naturais e paisagem 5.3.3.1 - Gestão territorial 5.3.4.1 - Desenvolvimento sócio-económico
e) Os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano ou do programa, incluindo os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos, considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os factores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitectónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os factores supracitados;	Capítulo 5 - Avaliação Ambiental do POAE 5.3.1.4 - Recursos hídricos 5.3.2.4 - Recursos naturais e paisagem 5.3.3.4 - Gestão territorial 5.3.4.4 - Desenvolvimento sócio-económico 5.5 - Avaliação global

Alíneas do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 231/2007	Capítulo do presente relatório onde a questão é analisada
f) As medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa;	Capítulo 5 - Avaliação Ambiental do POAE 5.3 – Medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar efeitos adversos
g) Um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias;	Capítulo 3 - Razões que justificam as alternativas escolhidas
h) Uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º;	Capítulo 5 - Avaliação Ambiental do POAE Capítulo 5.4 - Medidas de controlo previstas
i) Um resumo não técnico das informações referidas nas alíneas anteriores.	Documento autónomo

2. OBJECTIVOS E OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO POAE

2.1. OBJECTIVOS

O quadro de objectivos gerais e específicos estabelecidos pelo INAG para a elaboração do POAE é o seguinte:

Objectivos Gerais

- Definir as regras de utilização do plano de água e da zona envolvente da albufeira, de forma a salvaguardar a qualidade dos recursos naturais, em especial dos recursos hídricos;
- Definir as regras e medidas para uso e ocupação do solo que permitam gerir a área de intervenção do plano de acordo com a protecção e valorização ambientais e com as finalidades principais da albufeira;
- Garantir a articulação com os outros instrumentos de gestão territorial, de âmbito nacional ou municipal, aplicáveis na área de intervenção, nomeadamente com o plano da bacia hidrográfica do Ave;
- Identificar as zonas do plano de água mais adequadas para a conservação da natureza e as zonas mais aptas para actividades de recreio e lazer, providenciando os termos da compatibilidade e da complementaridade entre as diversas utilizações.

Objectivos Específicos

- Definir regras de utilização do plano de água e da zona envolvente da Albufeira, por forma a salvaguardar a defesa e qualidade dos recursos naturais, em especial a água;
- Definir níveis de protecção para a área de intervenção do POA que permitam estabelecer regras e medidas para os usos e ocupação do solo na óptica de permitir a gestão da área objecto do plano, numa perspectiva dinâmica e interligada;
- Planear de forma integrada a área do concelho de Vieira do Minho na envolvente da albufeira;
- Compatibilizar os diferentes usos e actividades existentes e/ou a serem criados, com a protecção e valorização ambiental, e finalidades principais da Albufeira;
- Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista de gestão dos recursos hídricos, quer do ponto de vista do ordenamento do território;
- Garantir a articulação com planos e programas de interesse local, regional e nacional, existentes ou em curso, nomeadamente Planos Municipais e Planos Regionais de Ordenamento do Território;
- Garantir a articulação com os objectivos tipificados no Plano de Bacia Hidrográfica do Ave;

- Identificar no plano de água as áreas mais adequadas para a conservação da natureza, as áreas mais aptas para actividades recreativas, prevendo as compatibilidades e complementaridades entre as diversas utilizações e entre o plano de água e zona envolvente.

2.2. OPÇÕES ESTRATÉGICAS

Da caracterização efectuada da situação de referência na área de incidência do POAE, salientam-se os seguintes aspectos no que respeita às condições de partida para o desenvolvimento do POAE:

- Elevado grau de artificialidade da zona, sendo maioritariamente ocupada por áreas agro-florestais;
- Existência de algumas áreas específicas com interesse em termos de conservação da natureza, que correspondem a áreas de afloramentos rochosos, galerias ripícolas e carvalhal, de expressão reduzida;
- Características fisiográficas favoráveis a actividades de recreio e lazer e de usufruto do plano de água em áreas específicas;
- Escassez de dados de caracterização da qualidade da água que, no entanto, recomendam uma análise mais pormenorizada deste aspecto, nomeadamente no que respeita aos resultados obtidos na estação das Cabeceiras do Ave, na medida em que tal situação poderá condicionar uma eventual proposta de novas áreas balneares;
- Procura turística gerada pelas infra-estruturas actualmente existentes.

Em síntese, a Albufeira do Ermal e área envolvente possuem determinadas características que se traduzem em vocações e potencialidades, e que permitem definir como principal vocação o desenvolvimento de actividades turísticas de recreio e lazer.

Considera-se, contudo, que devem ser acauteladas determinadas acções susceptíveis de criar situações críticas do ponto de vista ambiental. É o caso das actividades de caça que devem ser articuladas com os objectivos de conservação da natureza, de determinadas actividades recreativas (navegação a motor, veículos motorizados todo o terreno, etc.) que podem causar impactes significativos no ambiente sonoro, e do funcionamento das infra-estruturas de saneamento existentes e a criar (as quais devem ser sujeitas a monitorização).

Da avaliação ponderada e realista das potencialidades de desenvolvimento dos usos na área de incidência do POAE e da necessidade de salvaguardar e valorizar os recursos naturais, bem como dos objectivos gerais e específicos definidos para o POAE, resultaram as seguintes opções estratégicas para o POAE:

Afirmação da área da albufeira num pólo de atracção turística devidamente ordenado e ambientalmente sustentável em articulação com os restantes recursos.

A albufeira do Ermal apresenta já utilização turística significativa, sendo o Turismo encarado como uma das apostas do município de Vieira do Minho que dispõe de um conjunto de outros valores turísticos nas freguesias da área envolvente da albufeira. O fortalecimento da vocação turística da albufeira deverá ser efectuado de forma devidamente ordenada e em articulação com os restantes

recursos turísticos existentes nestas freguesias, bem como no município e na região em que se inserem.

Será privilegiado o desenvolvimento turístico e as actividades de recreio e lazer orientadas para o usufruto da natureza (uso banhar, canoagem, remo, vela, gaivotas, passeios pedestres, bicicleta e a cavalo, pesca, caça), tirando partido das características fisiográficas e paisagísticas da zona e apostando num tipo de turismo compatível com a sustentabilidade ambiental.

Promoção das actividades de recreio e lazer através da construção das infra-estruturas de apoio necessárias ao desenvolvimento das actividades e da definição das regras de utilização do plano de água.

A promoção das actividades de recreio e lazer passará pela definição de regras para a construção de infra-estruturas de apoio necessárias, o que será fundamental para a melhoria das condições de usufruto das potencialidades turísticas da área e para a concretização do zonamento de uso definido no POAE. As infra-estruturas de apoio a construir incluem, entre outras, pequenos pontões / embarcadouros, rampas e pontos de amarração de embarcações, sinalização de pistas e trilhos, depósitos de embarcações e outro material náutico, zonas de estadia e descanso, parques de merendas e estacionamento.

Criação de emprego e riqueza local, visando a dinamização da base económica local.

O concelho de Vieira do Minho apresentou, no último período inter-censitário, uma evolução negativa da população, com a perda de 6,7% da população residente. Apesar de se inserir numa sub-região fortemente industrializada, este concelho apresenta ainda um forte cariz rural, verificando-se, contudo, uma redução significativa da agricultura no âmbito das actividades económicas da região. O turismo apresenta-se como um sector de desenvolvimento em que se pretende apostar.

A implementação de novos equipamentos turísticos na área envolvente à albufeira, pretende contribuir para a inversão da tendência negativa da evolução da população e para a continuação da redução da taxa de desemprego, verificada desde 2001.

Preservação dos ecossistemas mais sensíveis, sustentabilidade do ciclo da água e valorização da paisagem natural.

A área envolvente à albufeira do Ermal encontra-se em geral bastante artificializada, traduzida numa ocupação maioritária de áreas agro-florestais. No entanto, foram identificadas determinadas áreas com maior grau de naturalidade e importância ecológica que interessa salvaguardar, tendo em vista a manutenção de diversidade e riqueza ecológica. As áreas de maior importância ecológica incluem matos, afloramentos rochosos, vegetação ripícola e carvalhais e constituem redutos dos biótopos autóctones, que foram substituídos na quase totalidade por explorações agrícolas ou florestais ou por áreas urbanas, sendo utilizadas por diversas espécies faunísticas com interesse conservacionista, cuja presença na área deve ser entendida como valorizadora do espaço natural e das apostas turísticas definidas.

Salienta-se ainda a importância de determinadas áreas da albufeira para assegurar a salvaguarda dos processos biofísicos associados ao ciclo hidrológico, continuidade do ciclo da água e funcionalidade hidráulica e hidrológica.

Salvaguarda da qualidade da água

A salvaguarda da qualidade da água apoia-se na definição de regras de utilização do Plano de Água e da sua envolvente, particularmente através do zonamento do Plano de Água, com o estabelecimento de zonas interditas, de navegação restrita ou livre.

3. RAZÕES QUE JUSTIFICAM AS ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS

Face às opções estratégicas apresentadas no ponto anterior, o modelo de ordenamento e as propostas de intervenção preconizadas para a albufeira do Ermal visam a salvaguarda e valorização dos recursos naturais e os sistemas ecológicos mais sensíveis, promovendo simultaneamente o desenvolvimento dos usos secundários associados ao lazer e recreio.

O zonamento do plano de água e zona de protecção, tal como representado na Planta de Síntese, reporta-se a diferentes regimes de protecção.

No plano de água foi identificada a zona protecção da barragem e dos órgãos de segurança e utilização da albufeira, a zona interdita integra os troços da albufeira imediatamente a jusante das linhas de água afluentes e a zona livre.

A zona livre corresponde às zonas centrais do plano de água, para além do limite das zonas interditas. Todavia, embora esta zona seja designada por zona livre, apenas é permitida a circulação de embarcações sem motor. Tal deriva das seguintes situações: falta de conhecimento da batimetria e de potenciais obstáculos no plano de água; da reduzida capacidade de carga da albufeira para a navegação de embarcações e, também, pelo facto de as orientações estratégicas definidas para o POAE apontarem para o desenvolvimento de actividades de turismo em espaço rural associadas à calma e sossego da área.

No plano de água é ainda considerado regime de protecção próprios para a zona do tele-ski e para as zonas de recreio, atendendo assim às questões associadas à protecção dos utilizadores daquelas áreas.

Estas zonas de recreio identificadas no plano de água são associados à definição de duas áreas de recreio e lazer na zona terrestre de protecção.

Para além destes espaços, na zona terrestre de protecção são identificadas áreas sujeitas a Níveis de Protecção, classificados de I a IV.

As Zonas de Protecção de Nível I, corresponde à zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e utilização da albufeira.

As Zonas de Protecção de Nível II, correspondem a áreas de maior sensibilidade ambiental e onde a intervenção humana é reduzida, abrangem a zona reservada bem como às áreas ocupadas por vegetação ripícola, carvalhais, matos e afloramentos rochosos. Nestas zonas, face à sua sensibilidade constituem as áreas com maiores restrições.

As Zonas de Protecção de Nível II não apresentam, face ao elevado grau de artificialização e perturbação, valores que condicionam o desenvolvimento de actividades. São, todavia, áreas que pelas suas características biofísicas bem como de utilização do solo visam essencialmente a protecção dos recursos naturais água e solo, assegurando a salvaguarda dos processos biofísicos associados ao ciclo hidrológico terrestre. Desta forma, abrangem as áreas relevantes para sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre, assegurando continuidade do ciclo da água e a funcionalidade hidráulica e hidrológica.

As Zonas Protecção de Nível IV correspondem aos espaços cuja relevância ecológica menos significativa, aptas a múltiplas funções. Estas áreas abrangem uma variabilidade de ocupações, designadamente agrícolas e florestais. Nestas áreas aplica-se o disposto no Plano Director Municipal de Vieira do Minho devendo ser atendidos um conjunto de princípios expressos no regulamento.

No que respeita as propostas de intervenção previstas pelo Programa de Execução, verifica-se que as mesmas visam responder às opções estratégicas estabelecidas para o POAE, respeitando a preservação da qualidade do ambiente, particularmente no que diz respeito à qualidade da água e estado trófico da albufeira e às infra-estruturas de saneamento e fontes poluidoras; a conservação da natureza, através da definição de um plano de intervenção para as zonas de protecção ecológica; e a promoção das actividades turísticas e de lazer.

Por fim, no que se refere às dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias, (de acordo com exigido na alínea g) do ponto 1, do Artigo 6º, do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho, deve salientar-se que não se registaram dificuldades na recolha de informação.

4. RELAÇÃO COM OUTROS PLANOS E PROGRAMAS PERTINENTES

4.1. INTRODUÇÃO

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) para a Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal é definido através das orientações da Política Nacional de Ordenamento do Território, onde se incluem diversos planos e programas de âmbito nacional, regional e municipal, dos quais se destacam:

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB);
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS);
- Plano Nacional da Água (PNA) e Plano da Bacia Hidrográfica do Ave (PBH Ave);
- Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) e Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho (PROF-BM);
- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI);
- Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN);
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA);
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR);
- Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT).

No que respeita o âmbito regional, encontra-se em elaboração o Plano Regional de Ordenamento do Território PROT-Norte¹, determinada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 29/2006, de 23 de Fevereiro.

A nível municipal, a área de intervenção do POAE apenas se encontra abrangida pelo **Plano Director Municipal de Vieira do Minho** (em revisão), tendo sido recentemente aprovada em Assembleia Municipal a decisão de elaboração de um Plano de Pormenor para a criação de um complexo de golfe na envolvente da albufeira.

Em anexo, é apresentada uma análise detalhada dos vários documentos que constituem o QRE, e que suportam a avaliação da coerência dos objectivos do POAE com o QRE, tal como é sintetizado no ponto seguinte. No caso dos documentos do mesmo âmbito, como por exemplo o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e o Plano Municipal de Defesa da Floresta

¹ A elaboração do PROT-Norte foi determinada pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 29/2006, de 23 de Fevereiro – Diário da República I Série – B nº 59, de 23. Março.2006.

Contra Incêndios, optou-se por apenas apresentar no quadro seguinte, aqueles cuja escala melhor se adapta ao exercício de avaliação².

4.2. COERÊNCIA DOS OBJECTIVOS DO POAE COM O QRE

Tendo em conta os objectivos que constituem o referencial estratégico de enquadramento à Avaliação Ambiental Estratégica do POAE, procedeu-se à verificação da coerência entre estes objectivos e os do POAE.

Esta verificação é apresentada de forma sistemática no quadro seguinte, permitindo concluir que existe coerência entre os objectivos do POAE e os constantes do QRE, nomeadamente no que respeita à importância de compatibilizar a conservação da natureza – biodiversidade e recursos naturais (biológicos, água, floresta, etc) com a valorização, o crescimento e o desenvolvimento económicos e sociais, através da gestão integrada dos recursos e do território.

² De acordo com a indicação efectuada pela CCDD-Norte.

Quadro 4.1 – Verificação da coerência dos objectivos do POAE com os objectivos do Quadro de Referência Estratégico

Quadro de Referência Estratégico		Objectivos do Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal			
		Definir as regras de utilização do plano de água e da zona envolvente da albufeira, de forma a salvaguardar a qualidade dos recursos naturais, em especial dos recursos hídricos	Definir as regras e medidas para uso e ocupação do solo que permitam gerir a área de intervenção do plano de acordo com a protecção e valorização ambientais e com as finalidades principais da albufeira	Garantir a articulação com os outros instrumentos de gestão territorial, de âmbito nacional ou municipal, aplicáveis na área de intervenção, nomeadamente com o plano da bacia hidrográfica do Ave	Identificar as zonas do plano de água mais adequadas para a conservação da natureza e as zonas mais aptas para actividades de recreio e lazer, providenciando os termos da compatibilidade e da complementaridade entre as diversas utilizações
PNPOT	Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos	✓	✓		✓
	Conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia	✓	✓		✓
ENCNB	Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos	✓	✓		✓
	Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética.	✓	✓		✓
ENDS	Melhor Ambiente e Valorização do Património.	✓	✓		
	Potenciar a valorização social e económica da utilização dos recursos	✓	✓	✓	✓
PBHA	Preservar as áreas do domínio hídrico	✓	✓	✓	✓

Quadro de Referência Estratégico		Objectivos do Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal			
		Definir as regras de utilização do plano de água e da zona envolvente da albufeira, de forma a salvaguardar a qualidade dos recursos naturais, em especial dos recursos hídricos	Definir as regras e medidas para uso e ocupação do solo que permitam gerir a área de intervenção do plano de acordo com a protecção e valorização ambientais e com as finalidades principais da albufeira	Garantir a articulação com os outros instrumentos de gestão territorial, de âmbito nacional ou municipal, aplicáveis na área de intervenção, nomeadamente com o plano da bacia hidrográfica do Ave	Identificar as zonas do plano de água mais adequadas para a conservação da natureza e as zonas mais aptas para actividades de recreio e lazer, providenciando os termos da compatibilidade e da complementaridade entre as diversas utilizações
ENF	Conservação do património florestal em bom estado, da diversidade biológica, geológica e paisagística da região PROF e dos seus habitats naturais, com especial atenção para as Áreas Protegidas	✓	✓		✓
PMDFCI	Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais; Redução da incidência dos incêndios; Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios; Recuperar e reabilitar os ecossistemas; Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz."		✓	✓	
QREN	Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento	✓	✓	✓	✓

Quadro de Referência Estratégico		Objectivos do Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal			
		Definir as regras de utilização do plano de água e da zona envolvente da albufeira, de forma a salvaguardar a qualidade dos recursos naturais, em especial dos recursos hídricos	Definir as regras e medidas para uso e ocupação do solo que permitam gerir a área de intervenção do plano de acordo com a protecção e valorização ambientais e com as finalidades principais da albufeira	Garantir a articulação com os outros instrumentos de gestão territorial, de âmbito nacional ou municipal, aplicáveis na área de intervenção, nomeadamente com o plano da bacia hidrográfica do Ave	Identificar as zonas do plano de água mais adequadas para a conservação da natureza e as zonas mais aptas para actividades de recreio e lazer, providenciando os termos da compatibilidade e da complementaridade entre as diversas utilizações
PNUEA	Criar uma consciência nacional, nos cidadãos em geral e em particular nos gestores dos sistemas de abastecimento de água, para a importância do uso eficiente da água.	✓	✓		
PEAASAR	Universalidade, a Continuidade e a Qualidade do serviço; Sustentabilidade do Sector; Protecção dos Valores Ambientais.	✓	✓	✓	
PENT	Afirmação do produto turístico “Touring”, ou seja a promoção de circuitos que potenciem locais com património natural, paisagísticos, cultural e histórico.	✓			✓
PDM	Ordenar a utilização do território em função da vocação de cada espaço e da presença de condicionantes		✓	✓	✓

5. AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO POAE

5.1. INTRODUÇÃO

No presente capítulo pretende-se dar cumprimento ao disposto nas alíneas b) a h) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de Junho. Optou-se por apresentar a análise por factor crítico. Sendo assim, para cada factor crítico seleccionado é apresentada:

- Avaliação por factor crítico:
 - Relação com outros planos (dando resposta à alínea d);
 - Caracterização da situação actual e evolução caso não seja implementado o POAE (dando resposta à alínea b);
 - Problemas ambientais (dando resposta à alínea c);
 - Efeitos decorrentes da aplicação do POAE (dando resposta à alínea e);
- Medidas adoptadas (dando resposta à alínea f);
- Medidas de controlo previstas a fim de identificar e corrigir os efeitos negativos (alínea h);
- Avaliação global – onde é apresentada uma avaliação conjugada de todos os factores críticos considerados relativamente aos efeitos significativos da aplicação do POAE.

Procede-se de seguida, à apresentação dos Factores Críticos de Decisão e à sua posterior avaliação.

5.2. FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO

No Relatório de Factores Críticos procedeu-se ao estabelecimento daqueles Factores (FCD) e foi definido o Contexto para AAE, tendo sido objectivo assegurar a focagem da AAE e perceber o contexto em que esta se realiza.

Naquele relatório, foram seleccionados os FCD que irão estruturar e conferir a focagem à análise e à avaliação estratégica, estabelecendo o alcance da avaliação ambiental, o contexto institucional e o quadro de agentes a envolver, bem como a estratégia de comunicação.

Os Factores Críticos de Decisão (FCD) constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se irá debruçar, uma vez que identificam os aspectos que devem ser considerados pela decisão na concepção da sua estratégia e das acções que a implementam, para melhor satisfazer objectivos ambientais e um futuro mais sustentável.

A definição dos Factores Críticos de Decisão resulta de uma análise integrada dos seguintes elementos:

- Questões estratégicas (QE) do Plano (ou Objecto de Avaliação);
- Quadro de Referência Estratégico (QRE);
- Factores ambientais (FA).

A partir dos elementos que constituem o QRE, e tendo em consideração o referido no Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, no que respeita aos aspectos ambientais passíveis de ter efeitos significativos decorrentes de planos e programas (alínea e) do ponto 1 do artigo 6º), e que se podem considerar, é possível estabelecer quais os objectivos estratégicos e de sustentabilidade mais pertinentes no âmbito da AAE.

No Quadro seguinte apresenta-se a correspondência entre os diversos instrumentos de referência considerados, os factores ambientais associados e os vectores estratégicos e de sustentabilidade a considerar.

No âmbito do processo de AAE, os factores ambientais foram seleccionados em função da especificidade e das características do POAE, de forma a contribuírem para a determinação dos factores críticos

Quadro 5.1 – Correspondência entre o QRE, os Factores Ambientais referidos no D.L. nº 232/2007 e os Vectores Estratégicos e de sustentabilidade pertinentes para a AAE

Quadro de referência estratégico	Factores ambientais (constantes da alínea e) do nº1 do Artº 6 do Decreto-Lei nº 232/2007)	Vectores Estratégicos e de Sustentabilidade
PNPOT	Biodiversidade, Solo, Água, Fauna e Flora, Paisagem, Património	Valorização e preservação da Biodiversidade Salvaguarda dos recursos naturais Valorização e protecção da paisagem Valorização e protecção do Património Cultural Melhoria das condições sócio-económicas da população Criação de oferta turística
ENCNB	Biodiversidade, Fauna e Flora	
ENDS	Biodiversidade, Solo, Água, Fauna e Flora, Paisagem, Património	
PNA/ PBH Ave	Água, População	
ENF/ PROF-BM	Água, Solo, População, Paisagem	
PNDFCI/ PMDFCI	Água, Solo, População, Paisagem	
QREN	Biodiversidade, Solo, Água, Fauna e Flora, Paisagem, População	
PNUEA	Água, População	
PEASAAR	Água, População	
PENT	População, Bens Materiais	
PDM	Solo, Fauna e Flora, Paisagem, População, Património	

A definição dos vectores estratégicos e respectivos critérios de sustentabilidade conduziu à definição de um conjunto de FCD, que serve como matriz referencial para a AAE do POAE.

Quadro 5.2 – Factores Críticos de Decisão e Indicadores de Avaliação

Factores Críticos	Vectores Estratégicos e de Sustentabilidade	Critérios
Recursos Hídricos	Salvaguarda dos recursos hídricos	Recursos Hídricos Qualidade de Água
Recursos Naturais e Paisagísticos	Valorização e preservação da Biodiversidade	Biodiversidade (fauna, flora e habitats)
	Valorização e protecção da paisagem	Recursos Florestais Paisagem
Ordenamento e Gestão Territorial	Salvaguarda dos recursos produtivos Definição e compatibilização de usos	Espaços urbanos Infra-estruturas Zonas de recreio e lazer IGT em vigor
Desenvolvimento Sócio-Económico	Melhoria das condições sócio-económicas da população Criação de oferta turística	População Actividades económicas Turismo
	Valorização e protecção do Património Cultural	Património

Recursos hídricos - a partir dos quais se pretende avaliar de que forma é que o POAE contribui para a protecção e valorização dos recursos hídricos bem como para a salvaguarda dos usos principais e secundários da albufeira e para a conservação da ictiofauna.

Recursos naturais e paisagísticos – Equacionando o papel do POAE para a protecção e valorização dos recursos naturais e paisagísticos, num quadro de necessidades de medidas urgentes com vista à preservação e valorização dos recursos em presença.

Ordenamento e Gestão Territorial – Avaliando a forma como o POAE enquanto Plano Especial de Ordenamento do Território contribui para a definição de regimes de protecção e compatibilização de usos e actividades na albufeira.

Desenvolvimento Sócio-Económico – Avaliando como o POAE pode contribuir para a promoção do desenvolvimento das actividades económicas e para a melhoria das condições de vida da população.

5.3. AVALIAÇÃO POR FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO

5.3.1. Recursos Hídricos

5.3.1.1. Relação com os objectivos ambientais constantes noutros planos

No que se refere aos instrumentos de estratégia e de gestão dos recursos hídricos analisados, constata-se que os mesmos preconizam a protecção dos recursos hídricos (no que concerne às águas superficiais e no que concerne às águas subterrâneas) bem como com a gestão sustentável dos mesmos.

Os instrumentos que estabelecem o Quadro de Referência Estratégico para os recursos hídricos são:

- ENDS;
- PNA;
- PBH do Ave;
- PEASAAR;
- QREN;
- Lei da Água e restantes diplomas que transpõem a Directiva Quadro da Água;
- PNUEA.

A implementação do POAE é efectuada, por um lado através do zonamento e, por outro, através de um conjunto de medidas associadas à implementação do programa de execução do plano que contribui para a prossecução objectivos estratégicos definidos no QRE. No QRE destaca-se o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Ave (PBHRA), pelo facto de este plano consubstanciar um plano sectorial específico para os Recursos Hídricos.

De seguida apresentam-se alguns dos objectivos do PBHRA bem como a forma como a implementação do POAE contribuirá para atingir aqueles objectivos.

- Objectivo 1 do PBHRA - Garantir a qualidade do meio hídrico em função dos usos:
 - O POAE estabelece um zonamento e os usos previstos para o plano de água tendo em consideração, entre outras, esta questão.
- Objectivo 3 do PBHRA - Assegurar a protecção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico, a protecção e recuperação de *habitats* e condições de suporte das espécies nos meios hídricos e no estuário:
 - O POAE define um zonamento da zona envolvente à albufeira que atende a estas questões e estabelece um conjunto de medidas e acções que contribuem para a prossecução deste objectivo.
- Objectivo 5 do PBHRA: Potenciar a valorização social e económica da utilização dos recursos
 - O POAE prevê o usufruto da albufeira para um conjunto de actividades de recreio e lazer potenciando e valorizando a utilização deste recurso.

- Objectivo 6 do PBHRA: Preservar as áreas do domínio hídrico.
 - O POAE estabelece condicionamentos aos usos do solo e às actividades na albufeira nos troços em que o uso não seja compatível com os objectivos de protecção e valorização ambiental dos recursos.

Face ao exposto conclui-se que implementação do POAE contribuirá localmente para:

- A manutenção, valorização e potenciação dos *habitats* ribeirinhos presentes;
- O ordenamento do plano de água no sentido de compatibilizar um conjunto de actividades associadas aquele recurso, designadamente a prática de actividades desportivas e recreativas.

5.3.1.2. Caracterização da situação actual e evolução se não for concretizado o POAE

Situação actual

No que concerne aos **recursos hídricos**, deve ser mencionado que a barragem do Ermal (Guilhofrei) faz parte do aproveitamento hidroeléctrico em cascata do rio Ave e tem como objectivo principal a produção de energia. A análise efectuada no âmbito do POAE à variação dos volumes médios mensais registados armazenados na albufeira do Ermal (período de Janeiro de 1990 a Abril de 2008), revela que o nível na albufeira se situou sempre acima da cota do NmE (315,00), apresentando um nível médio mensal de 328,89 m, e que os volumes armazenados são sempre superiores ao volume morto da albufeira (4,072 hm³).

Porém, a análise traduz também a irregularidade, ao longo dos anos, dos volumes armazenados na albufeira e consequentes níveis, constatando-se a ocorrência de vários máximos e mínimos e uma reduzida correlação dos valores dos níveis da albufeira em cada mês do ano hidrológico.

No que se refere às questões associadas à **qualidade da água**, a bacia hidrográfica dominada pela barragem do Ermal (ver Figura 5.1), que se insere integralmente no concelho de Vieira do Minho, abrange um território que apresenta uma grande diversidade de ocupação, com importante ocupação florestal e natural e com relevante intercalação por parcelas agrícolas, com ocupação industrial quase inexistente e com presença de vários núcleos urbanos dispersos, de pequena dimensão.

No que respeita à presença de fontes de poluição de origem urbana associadas aos aglomerados urbanos, poder-se-á considerar, por aproximação, que cerca de 50% da população do concelho de Vieira do Minho drena para a albufeira da barragem do Ermal.

Apenas parte destes efluentes é presentemente tratada em ETAR, prevendo-se que a curto prazo, por via da sua integração no Sistema Multimunicipal das Águas do Ave, venham a ser concretizados um conjunto de infra-estruturas de intercepção e tratamento de águas residuais destinadas a assegurar a cobertura quase integral do concelho de Vieira do Minho neste domínio.

Actualmente a qualidade da água para usos múltiplos foi considerada má na estação cabeceiras do Ave, sendo que a qualidade da água para uso banear tem vindo a registar uma melhoria.

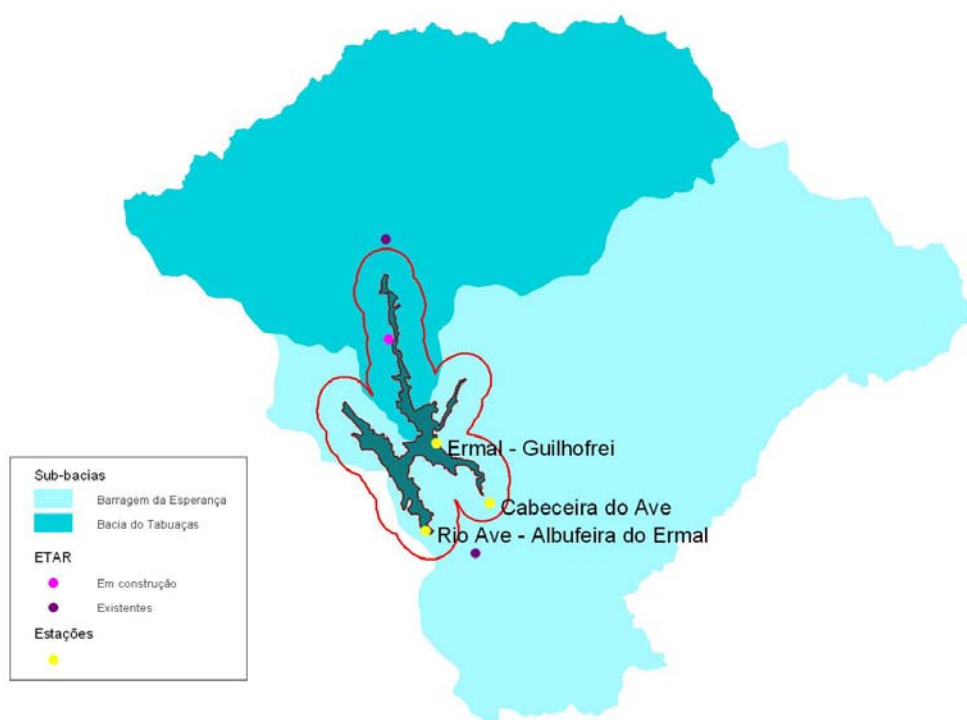


Figura 5.1 - Localização das estações de monitorização da qualidade da água de Guilhofrei, de Rio Ave – Albufeira do Ermal e de Cabeceira do Ave

Efeitos se o POAE não for aplicado

Os efeitos neste factor crítico decorrentes da não implementação do POAE prendem-se essencialmente com o facto de as medidas previstas no programa de execução serem essenciais para o controlo e monitorização da qualidade da água na albufeira na medida que se prevê a monitorização da qualidade do meio aquático na albufeira, através da elaboração dos planos de monitorização da qualidade da água, da aferição das cargas poluentes afluentes à albufeira e um conjunto de medidas destinadas a minimizar as eventuais fontes poluidoras existentes.

5.3.1.3. Problemas ambientais

Os resultados das campanhas de monitorização obtidos na estação de Rio Ave – Albufeira do Ermal, destinados a avaliar a qualidade da água para uso balnear, indicam que a qualidade da água da albufeira do Ermal foi considerada “não conforme” para a prática balnear no ano de 2003 e “conforme” nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007.

Quanto à qualidade da água para usos múltiplos, avaliada pelos elementos respeitantes à estação da Cabeceira do Ave, localizada no rio Ave imediatamente a montante da albufeira e dominando cerca de 30% da área da bacia hidrográfica da barragem do Ermal, verifica-se que a mesma apresenta problemas significativos de qualidade da água.

Os parâmetros responsáveis pela atribuição de uma má classificação à qualidade da água (Categoria C³ e D⁴) são predominantemente os coliformes totais e fecais, pelo que se considera que a qualidade da água é fortemente influenciada por descargas de águas residuais domésticas não tratadas ou insuficientemente tratadas.

No que respeita à poluição difusa de origem agrícola, considerando a importante área do território do concelho de Vieira do Minho que drena para a bacia dominada pela barragem do Ermal, e atendendo a que 40% da superfície do concelho corresponde a Superfície Agrícola Utilizada, num total de 4.903 ha (dos quais 2.548 ha correspondem a superfície irrigável), considera-se poder ser relevante o arrastamento deste tipo de poluente para a albufeira.

Tendo por base os registos obtidos para os parâmetros relevantes respeitantes à classificação do estado trófico de albufeiras e lagoas estabelecidos pelo INAG, pode dizer-se que a albufeira do Ermal se apresenta pouco produtiva podendo considerar-se oligotrófica.

5.3.1.4. Efeitos decorrentes da aplicação do POAE

O POAE, enquanto plano especial de ordenamento do território, estabelece as medidas de salvaguarda de recursos e valores naturais de acordo com o regime de gestão definido, pelo que a partir da análise destas medidas é possível aferir os efeitos decorrentes da aplicação do POAE.

Um dos objectivos que assistiu à elaboração do POAE consistiu em “Definir as regras de utilização do plano de água e da zona envolvente da albufeira, por forma a salvaguardar a qualidade dos recursos naturais, em especial dos recursos hídricos”.

Para a prossecução deste objectivo a planta de síntese define um conjunto de áreas no plano de água que visam a compatibilização de usos e actividades, por outro lado ao nível do regulamento são apresentadas um conjunto de regras que visam a prossecução deste objectivo designadamente:

- É interdita a rejeição de efluentes domésticos ou industriais não tratados na área de intervenção, sendo permitida a descarga de efluentes tratados apenas nas condições expressas no Regulamento.
- Nas restantes edificações existentes e ou a construir na zona terrestre de protecção, não abrangidas pelos sistemas de recolha e tratamento das, é obrigatória a verificação de um conjunto de disposições.
- A verificação de situações de poluição de água da albufeira ou dos seus afluentes originadas por contaminação de solos ou escorrências de águas residuais contaminadas com origem em fossas obriga à correcção imediata da situação pelo respectivo poluidor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na lei.

³ Água com qualidade "aceitável", suficiente para irrigação, para usos industriais e produção de água potável após tratamento rigoroso, e que permite a existência de vida piscícola (espécies menos exigentes) mas com reprodução aleatória; apta para recreio sem contacto directo", em 2006, devido aos parâmetros coliformes fecais e coliformes totais.

⁴ Água com qualidade "mediocre", apenas potencialmente apta para irrigação, arrefecimento e navegação, podendo a vida piscícola subsistir, mas de forma aleatória", em 2005, devido ao parâmetro ortofosfato total.

- A emissão de novas licenças de construção, independentemente do uso associado, fica condicionada à existência de soluções que garantam o adequado tratamento das respectivas águas residuais nos termos dos pontos anteriores.

Por fim, ao nível do programa de execução são apresentadas varias medidas e acções com vista à aferição das cargas poluentes afluentes à albufeira por forma a equacionar um programa de minimização das fontes poluidoras.

Face ao exposto, pode concluir-se que a aplicação do POAE contribuirá para a melhoria da qualidade da água na albufeira do Ermal.

5.3.2. Recursos Naturais e Paisagísticos

5.3.2.1. Relação com os objectivos ambientais constantes noutros planos

Este factor crítico abrange dois critérios: a **Biodiversidade** e a **paisagem**. No âmbito dos instrumentos estratégicos de gestão apresentados com maior incidência neste factor crítico, destacam-se os objectivos inerentes à Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB), ao Plano de Bacia Hidrográfica do Ave e à Estratégia Nacional para as Florestas (ENF).

De seguida, sintetizam-se os objectivos dos documentos mencionados, associados aos critérios Recursos Naturais e Paisagem, que se vêem concretizados com a aplicação do POAE.

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade:

- Objectivo: Desenvolver em todo o território nacional acções específicas de conservação e gestão de espécies e *habitats*, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico.
 - Na área do POAE, apesar de não existirem áreas classificadas foi efectuada uma abordagem que passou pela identificação e caracterização do *habitat* em presença e que justificou o zonamento proposto em função dos níveis de protecção preconizados para cada *habitat*. Aquele zonamento visa a preservação de áreas com valores importantes para a conservação da natureza e a valorização das áreas que embora actualmente não possuam valores relevantes, mediante uma gestão activa e sustentável poderão vir a consistir áreas com valores para a conservação da natureza.

Plano de Bacia Hidrográfica do Ave:

- Objectivo 3: Assegurar a protecção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico, a protecção e recuperação de *habitats* e condições de suporte das espécies nos meios hídricos e no estuário.
 - O POAE ao estabelecer o zonamento do plano de água contribui para a promover a salvaguarda da qualidade ecológica dos sistemas hídricos e dos ecossistemas.

Estratégia Nacional para as Florestas

- Uma das orientações desta Estratégia consiste em promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspectos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais, situação que é considerada e potenciada no POAE.

Em resumo, o POAE contribuiu para a concretização dos objectivos ambientais estabelecidos no QRE no que se refere ao factor Recursos Naturais e Paisagísticos.

5.3.2.2. Caracterização da situação actual e evolução se não for concretizado o POAE

Situação actual

No que respeita à **Biodiversidade**, refere-se que a área de estudo do POA não se encontra incluída em qualquer área protegida ou abrangida por importantes estatutos de conservação. Deste modo, não foram encontradas grandes condicionantes ecológicas ao desenvolvimento da área envolvente da albufeira do Ermal. No entanto, a albufeira do Ermal está localizada cerca de 7 km a Sul do Parque Nacional da Peneda do Gerês (PNPG), que está inserido em território de lobo, pelo que não pode ser excluída a possibilidade da ocorrência de valores naturais de interesse para a conservação da natureza.

A aplicação de um Índice de Valorização da Flora (IVFL), com o objectivo de enquadrar numa escala numérica (que varia entre 1-10) o valor ecológico das espécies identificadas na área de incidência do POAE, revelou que não existem espécies com um valor de índice igual ou superior a 5.0, o que significa, segundo os critérios definidos, que as mesmas não têm um valor ecológico elevado. Não se registaram espécies abrangidas pelos Anexos II, V e IV do Decreto-Lei nº140/99, de 24 de Abril com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro. Também são poucas as que gozam de algum tipo de estatuto segundo a bibliografia e legislação consultadas.

A aplicação de um Índice de Valorização da Fauna (ÍVVF) com o objectivo de enquadrar numa escala numérica (que varia entre 1-10) o valor ecológico das espécies identificadas na área de incidência do POAE permitiu identificar 33 espécies de elevado interesse para a conservação. Destas, 16 são mamíferos (12 espécies são quirópteros), 8 são aves, 4 são peixes, 3 são répteis e 2 são anfíbios. Foram destacadas 8 espécies de aves, apesar de terem sido identificadas 10 com estatuto de ameaça segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal.

Na área de intervenção do POAE foram identificados como biótopos de maior relevância ecológica os seguintes: “Afloramentos Rochosos”; “Ripícola” e “Carvalhal”. Em relação aos restantes biótopos, a sua importância é menor dado o significativo grau de artificialização e perturbação daquela área. Não obstante, foi possível seleccionar alguns núcleos que poderão ter alguma relevância do ponto de vista da conservação da natureza. Estes localizam-se em biótopos de “Matos” e podem constituir áreas de alimentação de aves de rapina e albergar algumas espécies de répteis e mamíferos com elevado estatuto de conservação. Apesar de estas áreas não apresentarem um valor que possa condicionar a implantação de projectos, podem ser vistas como áreas com potencial para a recuperação de biótopos autóctones.

Em resumo, genericamente a área abrangida pelo POAE não apresenta valores relevantes ao nível da conservação da natureza.

Em relação à **Paisagem**, a zona envolvente da albufeira do Ermal apresenta-se diversificada em termos paisagísticos, quer devido ao relevo acidentado que caracteriza as margens da albufeira, quer pela dicotomia dos usos do solo predominantes, designadamente florestal e agrícola. Um factor adicional que concorre para a manifestação de tal diversidade paisagística é a expressão que assume a diversidade de pequenos núcleos urbanos ocorrentes na área de intervenção.

Numa perspectiva integrada, a paisagem caracteriza-se fundamentalmente por apresentar uma abertura visual sobre a envolvente, associada a relevo acentuado, ora com culturas agrícolas (essencialmente no sector Norte) ora com floresta (dominantemente no sector Oeste).

Como principais pontos de referência na paisagem identificam-se a ilha do Ermal e as zonas ribeirinhas associadas ao recreio e lazer.

Em termos de uso do solo, na área permanentemente emersa do POAE (ver Figura 5.2) são os espaços florestais destinados principalmente à produção agro-florestal que se encontram maioritariamente representados, correspondendo-lhes 41% da ocupação (dos quais 30% respeitam a eucaliptal). O pinheiro bravo representa apenas cerca 3,5% e tem como principal finalidade a exploração económica. Por fim, a plantação mista de pinhal e eucaliptal também é relevante, ocupando uma área com cerca de 129 ha (10,8%). Os espaços agrícolas representam cerca de 26% e os matos cerca de 7,5%. A restante área de estudo encontra-se ocupada por matos, áreas urbanas, afloramentos rochosos e galeria ripícola.

Por fim, refira-se que a área de intervenção do POAE encontra-se abrangida por condicionantes legalmente consagradas, com expressão significativa no caso da Reserva Ecológica Nacional (REN) e com reduzida expressão no caso da Reserva Agrícola Nacional (RAN).

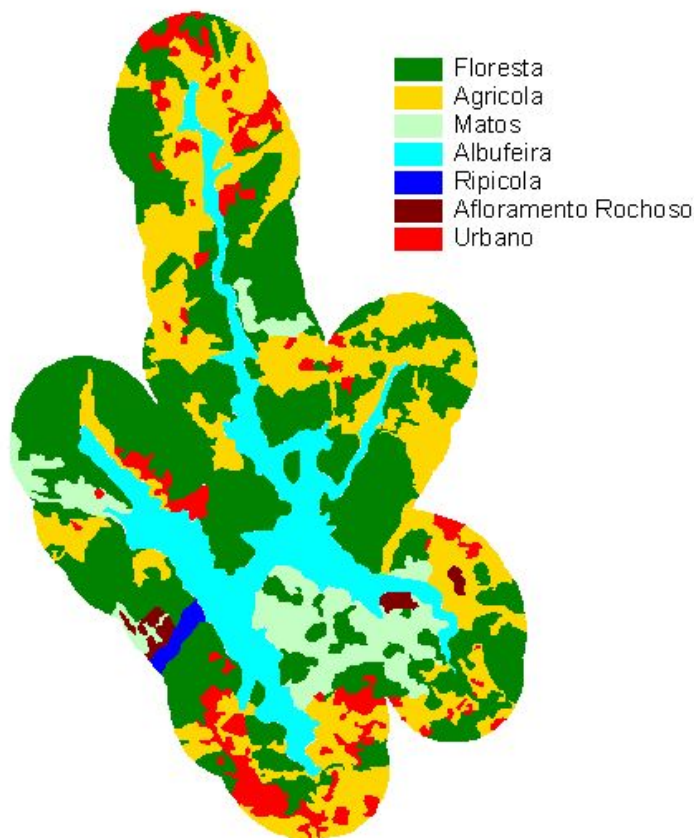


Figura 5.2 – Carta de ocupação do solo e biótopos

Evolução se não for implementado o POAE

Tal como foi mencionado, a área em causa pelo facto de ser fortemente artificializada não apresenta valores ecológicos relevantes. No entanto, com a implementação do POAE prevê-se a melhoria da situação actual, decorrente de um conjunto de medidas e de acções constantes no Programa de Execução, e que visam, entre outras: a requalificação da área de biótopo ripícola; a gestão das manchas mais conservadas das áreas Carvalho; a reconstituição, protecção e gestão do biótopo carvalho na área “Matos”, a protecção e gestão da área “Afloramentos Rochosos”; a criação de trilhos pedestres e de um centro de educação ambiental; o fomento do turismo da natureza, bem como a realização da monitorização da qualidade da água, das comunidades de macroinvertebrados aquáticos e peixes continentais.

Da leitura das medidas previstas ao nível da conservação da natureza fica claro que a não implementação do POAE contribuirá para:

- A degradação das espécies ripícolas, bem como das áreas de carvalho;
- A inexistência de trilhos e de caminhos pedestres no sentido de orientar os percursos;
- A inexistência de monitorização de dados sobre a qualidade da água bem como das espécies piscícolas;

- Redução da qualidade dos ecossistemas;
- Ausência de investimentos.

5.3.2.3. Problemas ambientais

Tal como mencionado no ponto anterior na área do POAE não se insere em nenhuma área protegida ou classificada no âmbito do Sistema Nacional de Áreas Protegidas ou Sítios e Zonas de Protecção Especial incluídas na Rede Natura 2000.

Da análise efectuada, constatou-se que no âmbito deste factor crítico não são identificados problemas ambientais. A única questão que foi apontada resulta de alguns indicadores associados à qualidade da água já mencionado no âmbito dos recursos hídricos.

No entanto, deve ser mencionada, não como problema mas como constrangimento, o facto de existirem vastas áreas com risco de erosão elevado, maioritariamente inseridas na REN e para as quais deverá ser mantido aquele regime.

5.3.2.4. Efeitos decorrentes da aplicação do POAE

- De entre os objectivos do POAE destacam-se dois em particular associados a este factor crítico:
- Definir as regras e medidas para uso e ocupação do solo que permitam gerir a área de intervenção do plano de acordo com a protecção e valorização ambientais e com as finalidades principais da albufeira;
- Identificar as zonas do plano de água mais adequadas para a conservação da natureza e as zonas mais aptas para actividades de recreio e lazer, providenciando os termos da compatibilidade e da complementaridade entre as diversas utilizações.

Em resumo, a concretização do POAE contribuirá sobremaneira para a melhoria deste factor crítico designadamente no que se refere aos recursos naturais e paisagem.

5.3.3. Ordenamento e Gestão Territorial

5.3.3.1. Relação com outros planos

De entre os documentos analisados no Quadro de Referência Estratégico, vários documentos constituem Instrumentos de Gestão Territorial (de acordo com o Decreto lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro) apresentam objectivos claros no que se refere a este factor crítico designadamente ao nível dos objectivos de sustentabilidade enunciados no Quadro 4.1

Desta forma, independentemente da relação que foi estabelecida no âmbito do Quadro de Referência mencionado no Relatório dos Factores Críticos, e retomado no Capítulo 4 do presente relatório, destacam-se de seguida os instrumentos de gestão territorial que estabelecem medidas mais concretas com as quais o POAE se identifica.

O PNPOT estabelece um conjunto de objectivos específicos a concretizar em sede de implementação de instrumentos de gestão territorial, salientando-se, de seguida, aqueles que mais directamente são concretizados no âmbito do POAE:

- Prever a articulação com a implementação dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal.
- Assegurar a articulação com a elaboração e implementação dos Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (PGBH).
- Assegurar a articulação com as estratégias para a gestão da água definidas no Plano Nacional de Água e nos PGBH (2007-2010) e com a implementação do Plano Nacional de Regadios.
 - Estes três primeiros objectivos estão intimamente relacionados e são concretizados logo à partida na medida em que um dos objectivos do POAE consiste em “Garantir a articulação com os outros instrumentos de gestão territorial, de âmbito nacional ou municipal, aplicáveis na área de intervenção, nomeadamente com o plano da bacia hidrográfica do Ave”.
- Garantir o maior envolvimento das entidades públicas e das organizações económicas, sociais e culturais e ambientais desde a fase inicial de definição do conteúdo e das principais opções, considerando a revisão dos modelos de acompanhamento, participação e concertação previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.
 - Este objectivo é claramente atingido no POAE na medida em que, além de uma Comissão Mista de Coordenação composta por cerca de 9 entidades dos diversos sectores, o plano pode ser consultado no *site* do INAG ou em sede de discussão pública.
- No que se refere aos instrumentos de carácter sectorial, destacam-se o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho e o Plano de Bacia Hidrográfica do Ave.
 - A relação do POAE com estes IGT foi já referida aquando da descrição dos factores críticos recursos hídricos e recursos naturais e paisagísticos.
- Por fim, há ainda que salientar o Plano Director Municipal que se encontra em processo de revisão, de acordo com a Deliberação da Câmara Municipal de Vieira do Minho de 15 de Maio, e que apresenta na Fase de Diagnóstico um conjunto de objectivos estratégicos e específicos, compatíveis com a elaboração do POAE. Destaca-se o importante contributo do POAE para a prossecução de alguns objectivos do PDM, particularmente:
 - Em termos de conservação da natureza e paisagem, ao responder aos seguintes objectivos estratégicos do PDM para a área envolvente da albufeira: “identificar os locais mais importantes ao nível dos recursos ecológicos” e “melhorar o conhecimento acerca das ameaças potenciais e das possíveis soluções a implementar para a conservação desses recursos e equacionar uma rede ecológica ao nível local e regional e criar um plano de conservação dos recursos ecológicos ao nível multi e intermunicipal.”
 - Em termos de defesa florestal, através da regulamentação e propostas de intervenção para as áreas florestais abrangidas pelo POAE.
 - Em termos de promoção turística, ao regulamentar a criação da oferta turística na área do POAE e ao promover a criação de novos espaços de recreio e lazer.

5.3.3.2. Caracterização da situação actual e evolução se não for concretizado o POAE

Situação actual

No que concerne à situação actual em termos de ordenamento territorial e concretamente ao nível dos critérios seleccionados para este factor crítico (Espaços Urbanos, Infra-estruturas, Zonas de Recreio e Lazer e IGT em Vigor), verifica-se que a área do POAE abrange um conjunto de (13) aglomerados urbanos⁵ de pequena dimensão, que não ultrapassam individualmente os 200 habitantes – o maior aglomerado corresponde ao aglomerado de Salgueiro e Rissondo - 179 habitantes e 76 alojamentos - e que exibem, na sua generalidade, uma tendência de decréscimo demográfico (excepção feita a Lomba, Taboadela e Pombal, com acréscimos modestos).

Porém, a albufeira e a área envolvente assumem-se como um potencial a explorar num contexto de forte aposta no desenvolvimento turístico do concelho, assinalando-se a presença de 3 unidades de Turismo em Espaço Rural naquela área e de alguns equipamentos e infra-estruturas turísticas e de recreio e lazer junto à albufeira que motivam a deslocação de vários visitantes ao local, destacando-se as duas áreas no plano de água – Guilhofrei e Santa Marta, e equipamentos associados.

Destaca-se ainda no que concerne à prática de recreio e lazer, a utilização da zona envolvente da albufeira para a realização em anos anteriores do “Festival da Ilha do Ermal”.

Face à sua localização e dotação de acessibilidades, a área de captação de potenciais visitantes à albufeira do Ermal é bastante alargada, sendo ainda identificadas estradas e caminhos municipais, para além de um vasto conjunto de outros caminhos não classificados que atravessam a área do POAE no sentido de aceder ao plano de água e que demonstram o grau de artificialização da área.

O aproveitamento do potencial turístico associado à albufeira e sua envolvente constitui já uma aposta da Câmara Municipal de Vieira do Minho, com tradução na revisão do PDM na possibilidade de virem a ser desenvolvidas actividades turísticas na zona de protecção.

Evolução sem POAE

Caso o POAE não seja concretizado e num cenário de desenvolvimento e incremento das actividades humanas, as principais questões que se colocam prendem-se com a possível degradação de alguns dos recursos existentes bem como a impossibilidade de atingir um dos objectivos do POAE que se prende com a compatibilização de usos e funções.

Na ausência da implementação do POAE, considera-se que a área dificilmente poderá tirar partido dos valores naturais em presença, por forma a potenciar o desenvolvimento turístico e económico daquela área e assim contribuir para a inversão da situação de decréscimo populacional e de actividades registada nos últimos anos, resultando:

- Na desertificação e degradação dos aglomerados;
- Na ausência de investimentos;
- Na degradação da qualidade de vida das populações.

⁵ A identificação dos aglomerados inseridos, total ou parcialmente, na área do POAE foi efectuada com base na toponímia da Carta Militar e na delimitação dos espaços urbanos da Planta de Ordenamento do PDM de Vieira do Minho, sendo identificados os seguintes lugares segundo a designação dos Censos do INE: Ermal, Guilhofrei, Lomba, Penelas, Figueiró, Gandra, Magos, Rio Longo, Salgueiro e Rissondo, Taboadela, Pombal, Santa Marta e Coqueira.

5.3.3.3. Problemas ambientais

Ao nível do ordenamento do território, não foram identificados problemas significativos na medida em que não foram identificadas situações que consubstanciem desconformidades.

5.3.3.4. Efeitos decorrentes da aplicação do POAE

Os principais efeitos decorrentes da aplicação do POAE designadamente da aplicação dos regimes de protecção e respectivas medidas constantes no programa de execução destaca-se a previsível melhoria dos recursos naturais e paisagísticos bem como a compatibilização das actividades primárias e secundárias da albufeira.

5.3.4. Desenvolvimento Sócio-económico

5.3.4.1. Relação com outros planos

No que concerne ao Desenvolvimento sócio-económico destacam-se um conjunto de documentos estratégicos que mais directamente se relacionam com os vários critérios seleccionados - População, Actividades Económicas, Turismo, nesse sentido destacam-se os objectivos de coesão social presentes no PNPOT, ENDS e QREN, designadamente:

- PNPOT – “Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.”
- ENDS – “Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social.”
- QREN – “Garantir a coesão social actuando, em particular, nos objectivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social.”

No âmbito da revisão do PDM, destaca-se a valorização conferida ao Turismo, propondo-se como objectivo estratégico:

- “a promoção do turismo através da criação de oferta turística devidamente concebida para potenciar os recursos específicos do concelho”.

E, resumo, o POAE salvaguarda a compatibilidade e complementaridade entre as diversas utilizações, incluindo a criação de novas áreas de lazer e a promoção turística da área envolvente da albufeira, contribuindo, assim, para o reforço e diversificação da base económica local e, simultaneamente para a beneficiação da qualidade de vida das populações locais.

5.3.4.2. Caracterização da situação actual e evolução sem POAE

Situação actual

O concelho de Vieira do Minho, situado na fronteira mais a montante da sub-região Ave, exhibe um conjunto de factores de interioridade, tais como a perda demográfica, o envelhecimento da população, a importância da agricultura (ainda que essencialmente de subsistência ou com carácter secundário), embora no último período inter censitário tenha evidenciado uma evolução positiva ao nível das condições sociais da população e um reforço do sector secundário e terciário, no mesmo sentido da evolução registada pela sub-região onde se insere.

Destaca-se também uma evidente aposta no desenvolvimento turístico do concelho, no âmbito da qual a presença de quatro albufeiras se afirma como um potencial a explorar, incluindo a albufeira do Ermal. Esta área dispõe já de um conjunto de acessibilidades, infra-estruturas turísticas e de recreio e lazer que potenciam o seu desenvolvimento turístico.

No que concerne a Valores Patrimoniais, merece referência a presença na área do POAE dos seguintes quatro elementos edificados, embora não classificados ou em via de classificação: Capela de Santa Marta, Capela de São Tiago, Igreja Paroquial de Guilhofrei e Igreja Paroquial de Rio Longo.

Evolução sem POA

Tal como para o factor crítico anterior considera-se que a evolução caso não seja implementado o POAE trará consequências negativas na medida em que através da implementação do POAE, nas suas várias componentes se pretende entre outros a criação de emprego para a população local bem como a dinamização das actividades económicas numa lógica de desenvolvimento sustentável. Desta forma a ausência da aplicação do POAE resultará:

- Na manutenção do decréscimo populacional das freguesias abrangidas pelo POAE;
- Na degradação da qualidade de vidas das populações;
- Na ausência de investimento para a diversificação da base económica concelhia.

5.3.4.3. Problemas ambientais

Não foram detectados problemas ambientais especificamente para este factor crítico.

5.3.4.4. Efeitos decorrentes da aplicação do POAE

Como principais efeitos sócio-económicos da implementação do POAE destacam-se:

- O ordenamento dos usos potenciando o desenvolvimento de actividades turísticas e recreativas articulando o plano de água com a zona de protecção;
- A criação de infra-estruturas de apoio às actividades praticadas no plano de água com vista à sua potenciação designadamente a criação de piscinas fluviais.

5.4. MEDIDAS DESTINADAS A PREVENIR, REDUZIR E ELIMINAR EFEITOS ADVERSOS

De acordo com estabelecido no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, o Relatório Ambiental deve indicar as medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano.

Como já foi mencionado o POAE constitui um plano especial de ordenamento do território, sendo que o seu âmbito visa essencialmente a salvaguarda de recursos e valores naturais, não se esperando da sua implementação, efeitos adversos significativos sobre o ambiente.

Todavia, tendo em conta as opções estratégicas do POAE associadas ao desenvolvimento da actividade turística designadamente a “afirmação da área da albufeira como um pólo de atracção turística devidamente ordenado”, e a “Construção das infra-estruturas de apoio necessárias ao desenvolvimento de actividades recreativas no plano de água e nas respectivas margens”, estas poderão derivar num aumento do afluxo da população a esta área bem como dos aglomerados urbanos existentes podendo resultar em efeitos adversos sobre o ambiente.

Salientam-se, enquadradas nestas opções estratégicas, o maior afluxo às zonas de recreio e lazer e à pista de teleski.

Cientes dos potenciais efeitos adversos o Regulamento do Plano de Ordenamento dispõe de um conjunto de disposições associadas ao saneamento básico (Artigo 27º).

Simultaneamente, o Programa de Execução prevê um conjunto de propostas de intervenção com o objectivo de prevenir, preservar e valorizar a qualidade do ambiente na área da albufeira, designadamente ao nível da gestão da qualidade da água e ao nível do controle das fontes poluidoras. Neste sentido, são propostas medidas de:

- Ordenamento e controlo de acesso;
- Aferição das cargas de poluentes afluentes à albufeira e avaliação da evolução da qualidade da água da mesma;
- Minimização das fontes poluidoras;
- Monitorização da qualidade do meio aquático na albufeira.

O Programa de Execução prevê também um conjunto de medidas com vista a salvaguarda dos recursos naturais da área do POAE que correspondem à:

- Requalificação da área de biótopo ripícola;
- Gestão das áreas “Carvalhal 1” e “Carvalhal 2”;
- Recriação, protecção e gestão do biótopo “Carvalhal” em áreas “Matos”;
- Protecção da área de “Afloramentos Rochosos”;
- Criação de trilhos pedestres e de um centro de educação ambiental e fomento do turismo da natureza.

Esta última medida, em conjunto com as medidas de Beneficiação das zonas de recreio e criação de novas áreas de lazer e de Promoção turística da Albufeira contribuem para a concretização dos

objectivos do POAE relacionados com a criação de áreas de recreio e lazer e de desenvolvimento turístico, avaliados no FCD Desenvolvimento Sócio-Económico.

Em termos da avaliação das medidas e acções propostas pelo Programa de Execução para a concretização dos objectivos do POAE, destaca-se a concretização dos estudos e planos propostos, designadamente de monitorização:

- Monitorização das áreas replantadas e comunidades de ictiofauna e macroinvertebrados – associada à medida de Requalificação do biótopo ripícola;
- Monitorização das novas áreas de “Carvalho” e das áreas “Carvalho 1” e “Carvalho 2” – associada à medida de Recriação, protecção e gestão do biótopo “Carvalho” em áreas “Matos”;
- Monitorização dos valores faunísticos e florísticos presentes na área de “Afloramento Rochoso” – associada à medida de Protecção da área de “Afloramento Rochoso”.
- Monitorização da qualidade da água, macroinvertebrados e ictiofauna – associada à medida de Monitorização da qualidade do meio aquático na albufeira.

O Quadro 5.4, que procede à avaliação global do POAE por Factor Crítico de Decisão, sistematiza as medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar efeitos adversos consagradas no zonamento, Regulamento e Programa de Execução do POAE.

5.5. MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS

As medidas de controlo previstas têm por fim identificar e corrigir atempadamente efeitos negativos que possam ocorrer no período de implementação do POAE, consubstanciando um programa de monitorização associado à fase de Seguimento da Avaliação Ambiental Estratégica. Estas medidas correspondem essencialmente a indicadores de avaliação, associados aos Factores Críticos de Decisão identificados no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica, e que consistem nos seguintes:

- No âmbito do FCD – Recursos Hídricos:
 - Qualidade da água – controlada através da aplicação periódica do plano de monitorização da qualidade da água, macroinvertebrados e ictiofauna proposto no âmbito do Programa de Execução do POAE.
 - Estatuto de zona balnear – manutenção/classificação de zona balnear associadas às zonas de recreio definidas no POAE.
 - Águas residuais tratadas face à drenagem de caudais efluentes produzidos – evolução do volume das águas residuais tratadas face à drenagem.
- No âmbito do FCD - Recursos Naturais e Paisagísticos:
 - Nº e estatuto de espécies de fauna e flora – controlado através dos planos de monitorização propostos no Programa de Execução do POAE, por referência ao levantamento apresentado na Fase 2 do POAE.
 - Extensão de áreas de maior relevância ecológica - controlado através dos planos de monitorização propostos no Programa de Execução do POAE, por referência ao levantamento apresentado na Fase 2 do POAE.

- Áreas percorridas por incêndios – aferido junto à Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
- No âmbito do FCD - Ordenamento e Gestão Territorial:
 - Área de RAN – identificação da ocupação das áreas integradas/excluídas da RAN por referência à situação actual.
 - Criação de novas estruturas, equipamentos e infra-estruturas – identificação das estruturas criadas para o usufruto do plano de água e suas margens.
 - Realização de acções de fiscalização – acções de fiscalização com vista a ferir o cumprimento do POAE.
- No âmbito do FCD - Desenvolvimento Sócio-Económico:
 - População residente - evolução da população residente no concelho.
 - Nº de desempregados - evolução do número de desempregados no concelho.
 - Tipologia de oferta turística – evolução do número de empreendimentos turísticos classificados no concelho.
 - Taxa de ocupação do alojamento turístico – evolução da taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros no concelho.
 - Capacidade de alojamento turístico - evolução da oferta de camas turísticas no concelho.
 - Intervenções de qualificação nos imóveis com valor patrimonial identificados – identificação de intervenções estado de conservação dos imóveis com valor patrimonial identificados no POAE na área de protecção da albufeira.

No Quadro seguinte apresentam-se os indicadores relativos à situação de partida, ou seja relativos à situação actual, bem como o sentido de evolução traçado para os mesmos (metas).

Quadro 5.3 - Indicadores relativos à situação de partida

Factores Críticos	Indicadores de avaliação	Situação actual	Fontes de Informação	Metas (sentido da evolução)
Recursos Hídricos	Qualidade da água	Estação de Rio Ave-Albufeira do Ermal, 2007: conforme Estação de Cabeceira do Ave, 2007: água do tipo A (2006: água do tipo B)	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos - SNIRH	↑
	Estatuto de zona balnear	1 zona balnear designada	Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Norte - CCDDR Norte	↑

Factores Críticos	Indicadores de avaliação	Situação actual	Fontes de Informação	Metas (sentido da evolução)
	Águas residuais tratadas face à drenagem de caudais efluentes produzidos	92%	Instituto Nacional de Estatística – INE, Anuário Estatístico da Região Norte	↑
Recursos Naturais e Paisagísticos	Nº e estatuto de espécies de fauna e flora	Fauna: 191 espécies, 101 c/ presença confirmada Flora: 92 taxa inventariados, 82 taxa confirmados	Plano de Monitorização	↑
	Extensão de áreas de maior relevância ecológica (afloramentos rochosos, vegetação ripícola e carvalhais)	2% da área do POAE	Plano de Monitorização	↑
	Áreas percorridas por incêndios (nos últimos 10 anos)	229,0 ha (2001) 9,8 ha (2005) 203,9 ha (2006)	Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	↓
Ordenamento e Gestão Territorial	Área de RAN	14% da área total do POAE	Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Norte	↑
	Criação de novas estruturas, equipamentos e infra-estruturas propostos pelo POAE	-	Administração da Região Hidrográfica do Norte - ARH Norte	↑
	Realização de acções de fiscalização	-	Administração da Região Hidrográfica do Norte - ARH Norte	↑
Desenvolvimento Sócio-Económico	População residente no concelho	14 193 habitantes (2007)	Instituto Nacional de Estatística – INE, Anuário Estatístico da Região Norte	↑
	N.º de desempregados no concelho	750 desempregados (Dezembro de 2008)	Instituto do Emprego e Formação Profissional - IEFP, Concelhos – Estatísticas Mensais	↓
	Tipologia de oferta turística do concelho	4 estabelecimentos hoteleiros (3 pensões e 1 pousada); 23 TER - Turismo em Espaço Rural; 8 MCAT – Meios Complementares de Alojamento Turístico; 1 Parque de Campismo	Turismo de Portugal	↑
	Taxa de ocupação do alojamento turístico no concelho	27% nos estabelecimentos hoteleiros (2007)	Instituto Nacional de Estatística – INE, Anuário Estatístico da Região Norte	↑

Factores Críticos	Indicadores de avaliação	Situação actual	Fontes de Informação	Metas (sentido da evolução)
	Capacidade de alojamento turístico no concelho	361 camas	Turismo de Portugal	↑
	Intervenções de qualificação nos imóveis com valor patrimonial identificados	-	Câmara Municipal de Vieira do Minho	↑

5.6. AVALIAÇÃO GLOBAL

No Quadro da página seguinte pretende-se fazer uma avaliação global dos efeitos da aplicação do POAE no conjunto dos factores críticos. Desta forma o quadro está organizado da seguinte forma:

- Na primeira coluna constam as opções estratégicas do POAE;
- Nas três colunas seguintes constam as formas como se considera que a proposta de POAE concretiza as opções estratégicas enunciadas designadamente através do zonamento proposto, das medidas regulamentares constantes no Regulamento e das medidas e acções propostas no programa de execução.
- Por fim nas últimas colunas são apresentados os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do POAE.

Para a contabilização dos efeitos significativos foram individualizados os seguintes indicadores:

- **Efeito / Impacte:** Muito significativo, significativo e pouco significativo
- **Prazo / Fase:** Curto, Médio e Longo Prazo
- **Duração:** Temporário e Permanente
- **Natureza:** Positivo, negativo e não aplicável

Para melhor visualizar os efeitos sobre o ambiente, a cada um foi atribuída a cor constante no quadro seguinte:

Efeito	Classificação		
Efeito / Impacte	Muito Significativo (ms)	Significativo (ps)	Pouco significativo
Prazo / fase	Curto (c)	Médio Prazo (lp)	Longo Prazo
Duração	Permanente (t)	Temporário (p)	
Natureza	Positivo (+)	não aplicável	(na) Negativo (-)

Quadro 5.4 – Avaliação global dos efeitos do POAE nos FCD

Opções estratégicas do POAE	Formas de concretização			Recursos Hídricos				Recursos naturais e paisagem				Ordenamento e gestão territorial				Desenvolvimento Sócio-económico			
				Impacte	Fase	Duração	Natureza	Impacte	Fase	Duração	Natureza	Impacte	Fase	Duração	Natureza	Impacte	Fase	Duração	Natureza
	Zonamento / regulamento	Regulamento	Programa de execução																
Afirmação da área da albufeira num pólo de atracção turística devidamente ordenado e ambientalmente sustentável em articulação com os restantes recursos	Zonamento do plano de água e zona de protecção	Regimes de protecção identificados no artigo 8.º Definição de um conjunto de regras nas Disposições Gerais	Sinalização do plano de água e colocação de painéis									na	na	na	na	na	na	na	na
	Zonas de protecção de nível IV	Regime estabelecido no PDM sujeito a um conjunto de princípios	Criação de percursos / trilhos Colocação de placas informativas, Construção de centro de interpretação ambiental	na	na	na	na					na	na	na	na				
	Privilegiadas as actividades de TER e as actividades de recreio e lazer orientadas para o usufruto da natureza	Interdição de embarcações a motor; Permitidas actividades desportivas não motorizadas no plano de água	Beneficiação das zonas de recreio e lazer																
Promoção de activ. de recreio e lazer através da construção de infra-estruturas de apoio necessárias ao desenvolvimento das actividades	Criação de zonas de recreio e lazer: Individualização da área de teleski: Possibilidade de colocação de pontões / embarcadouros e de piscinas flutuantes	Regulamentação das e das zonas de recreio e lazer (art.º 37.º e 38.º) Interdição de outras actividades na área do teleski	Promoção turística da albufeira: sinalização; Criação de folheto informativo; Beneficiação das zonas de recreio e lazer.																
e da definição de regras de utilização do plano de água	Zonamento do plano de água: Zonas interditas; Zonas de navegação livre-	Regulamentação das zonas de recreio e lazer (art.º 37.º e 38.º) Interdição de outras actividades na área do teleski Zonamento do plano de água (Secção II do Capítulo II): Zonas interditas: não permitem qualquer tipo de utilização; Zona livre - sem restrições apenas embarcações sem motor	Promoção turística da albufeira: sinalização; Criação de folheto informativo																

Opções estratégicas do POAE	Formas de concretização			Recursos Hídricos				Recursos naturais e paisagem				Ordenamento e gestão territorial				Desenvolvimento Sócio-económico			
				Impacte	Fase	Duração	Natureza	Impacte	Fase	Duração	Natureza	Impacte	Fase	Duração	Natureza	Impacte	Fase	Duração	Natureza
	Zonamento / regulamento	Regulamento	Programa de execução																
e da definição de regras de utilização do plano de água	Possibilidade de desenvolvimento de actividades nas Zonas de Protecção de nível IV	Regulamentação das áreas de recreio e lazer	Promoção turística da albufeira																
Preservação dos Ecossistemas mais Sensíveis e valorização da paisagem natural.	Definição das Zonas de protecção de nível II: zona reservada e áreas ocupadas por vegetação ripícola, carvalhais, matos e afloramentos rochosos	Art.º 31.º e 32.º: Interditas as novas construções, as ampliações, as competições desportivas e as alterações do relevo e coberto vegetal	Monitorização de valores florísticos e faunísticos, Protecção da área de afloramento rochoso Gestão das áreas de carvalhal	na	na	na	na					na	na	na	na	na	na	na	na
	Definição das zonas interditas	Art.º 12.º e 13.º áreas interdita a navegação, áreas de vegetação ripícola	Ações de requalificação do biótoto ripícola									na	na	na	na	na	na	na	na
	Zonas de protecção de nível III (áreas agrícolas e florestais)	Art.º 33.º e 34.º. Potencial para recuperação de biótopos autóctones, permitidas obras de alteração, ampliação e conservação de construções existentes nas em situações específicas	Recriação das áreas de carvalhal em zonas de matos															na	na
	Zonas de protecção de nível IV (Áreas agrícolas e áreas de povoamentos de eucaliptais)	Desenvolvimento de acções que reduzam as áreas de monocultura contribuindo para a biodiversidade e para a redução do risco de incêndio																na	na
Salvaguarda da qualidade da água	Definição de zonas nível II e III	Art.º 27 Disposições Gerais associadas ao saneamento básico	Estudo para a ferir as cargas poluentes à albufeira, controlo das fontes poluidoras Minimização das fontes poluidoras Monitorização da qualidade do meio aquático																

6. PLANO DE SEGUIMENTO

A metodologia da AAE prevê a necessidade de definição de um programa de acção para a gestão ambiental e de sustentabilidade da estratégia definida no âmbito do POAE.

Os efeitos significativos decorrentes da aplicação e da execução do POAE serão avaliados e controlados através da implementação dos programas e dos projectos previstos no âmbito das opções de ordenamento definidas para o horizonte temporal do Plano.

A avaliação e controlo acima mencionados serão efectuados através da monitorização dos indicadores ambientais já identificados bem como da implementação dos programas e acções previstos no Programa de Execução.

De acordo com o n.º 2 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de Junho, os resultados do controlo devem ser divulgados com uma periodicidade anual de 1 ano, de modo que propõe também uma frequência mínima anual para a monitorização dos indicadores de monitorização propostos no Quadro 5.2⁶.

No Quadro 6.1 é apresentada a prioridade de execução das medidas previstas no Programa de Execução. Note-se que o mesmo Quadro corresponde a uma síntese do Programa de Execução, apresentando apenas as medidas e não as acções, pelo que uma análise mais detalhada deverá ser efectuada consultando aquele Volume do POAE.

Quadro 6.1 - Actividade de acompanhamento – monitorização dos indicadores

Indicadores de avaliação	Frequência mínima
Qualidade da água	Anual
Estatuto das zonas balneares	Anual
População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	Anual
Eficiência dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	Anual
Nº e estatuto de espécies de fauna e flora	Quinquenal
Tipo de biótopos	
Estado e extensão de áreas de maior relevância ecológica	Quinquenal

⁶ O periodicidade de avaliação do Nº e estatuto de espécies de fauna e flora e da Extensão de áreas de maior relevância ecológica depende do definido no Plano de Monitorização proposto pelo Programa de Execução.

Indicadores de avaliação	Frequência mínima
Ocupação e uso do solo	Quinquenal
População residente Tipologia de oferta turística	Anual
N.º de desempregados	Anual
Capacidade de alojamento turístico	Anual
Imóveis com valor patrimonial identificados	Anual

Quadro 6.2 - Actividade de acompanhamento – Medidas de planeamento e gestão

Medidas	Prioridade Execução
Ordenamento e controlo do acesso	Curto médio
Aferição das cargas de poluentes afluentes à albufeira e avaliação da evolução da qualidade da água da mesma	Curto médio
Minimização das fontes poluidoras	Curto Prazo
Requalificação do biótopo ripícola	Curto médio
Gestão das áreas “Carvalho 1” e “Carvalho 2”	Curto, Médio Prazo
Recriação, protecção e gestão do biótopo “Carvalho” em áreas de “Matos”	Curto, Médio Prazo
Protecção da área de “Afloramento Rochoso”	Curto, Médio Prazo
Criação de trilhos pedestres e de um centro de educação ambiental e fomento do turismo da natureza	Curto, Médio Prazo
Monitorização da qualidade do meio aquático na albufeira	Curto, Médio Prazo
Promoção turística da Albufeira	Curto Prazo
Beneficiação das zonas de recreio balnear e criação de novas áreas de lazer	Médio Prazo

Fonte: Programa de Execução do POAE

7. ENVOLVIMENTO PÚBLICO E INSTITUCIONAL

A Fase 1 da AAE, que se traduziu no Relatório de Factores Críticos, visou responder ao solicitado no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, segundo o qual as Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAEE)⁷ se devem pronunciar, no prazo de 20 dias, sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no Relatório Ambiental.

Face ao exposto, foram consultadas todas as entidades que integram a Comissão Mista de Coordenação (CMC) do POAE, e que são as seguintes:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
- Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
- Autoridade Florestal Nacional
- Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
- Turismo de Portugal, IP
- Instituto da Água, IP
- Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IP
- Câmara Municipal de Vieira do Minho

Complementarmente, tal como acordado na 1ª reunião da CMC, ocorrida no dia 19 de Maio de 2008, destinada à apresentação da Fase 1: Levantamento da Situação Actual, foram propostas para emissão de parecer sobre o Relatório dos Factores Críticos a Agência Portuguesa do Ambiente e um organismo do Ministério da Saúde.

Os resultados desta consulta foram incorporados na elaboração do Relatório Ambiental Preliminar, que seria submetido a consulta da CMC, juntamente com os elementos da Proposta de Plano, em resposta ao solicitado no n.º 3 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Em anexo são apresentados os pareceres resultantes das consultas realizadas no âmbito da AAE.

A versão do Relatório Ambiental aprovada pela CMC na reunião de 16 de Junho de 2010, com as devidas correcções propostas pelas entidades aí representadas será submetida a Consulta Pública, a decorrer em simultâneo com a Discussão Pública das Propostas de Plano,

⁷ Tal como definidas pelo n.º 3 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

ANEXO I – QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, constitui o instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstanciando o quadro de referência nacional para a elaboração do POAE.

O Programa de Acção do PNPOT apresenta-se estruturado em seis objectivos estratégicos:

- Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos.
- Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.
- Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.
- Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e Administração Pública.
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Estes correspondem a objectivos específicos e medidas prioritárias, cuja implementação se baseia nos instrumentos de gestão territorial, incluindo planos especiais de ordenamento do território. Deste modo, a elaboração do POAE deve visar um conjunto de medidas específicas do PNPOT⁸, particularmente as que se apresentam de seguida sintetizadas:

- Prever a articulação com a implementação dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal.
- Assegurar a articulação com a elaboração e implementação dos Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (PGBH).
- Assegurar a articulação com as estratégias para a gestão da água definidas no Plano Nacional de Água e nos PGBH (2007-2010) e com a implementação do Plano Nacional de Regadios.
- Integrar as orientações decorrentes da implementação do Programa Nacional para as Alterações Climáticas.
- Promover a articulação com a regulamentação da Lei de Bases dos Património Cultural.
- Reforçar na Avaliação Estratégica a vertente da avaliação de riscos naturais, ambientais e tecnológicos (em particular dos riscos de acidentes graves, envolvendo substâncias perigosas).
- Definir para os diferentes tipos de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, as áreas de perigosidade, os usos compatíveis nessas áreas e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados.

⁸ De acordo com o Anexo III – Medidas Prioritárias e Instrumentos de Gestão Territorial.

- Facilitar o acompanhamento e avaliação das dinâmicas territoriais e da implementação do plano por parte do Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo (a criar).
- Facilitar o acompanhamento e a avaliação do cumprimento da legalidade nos domínios do ambiente e do ordenamento do território, designadamente em relação à salvaguarda do património e dos recursos naturais dos meios e recursos hídricos, considerando o reforço dos meios e a capacidade de intervenção das inspeções sectoriais e da Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAOT).
- Garantir o maior envolvimento das entidades públicas e das organizações económicas, sociais e culturais e ambientais desde a fase inicial de definição do conteúdo e das principais opções, considerando a revisão dos modelos de acompanhamento, participação e concertação previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

O Modelo Territorial do PNPOT estrutura-se em quatro grandes vectores de identificação e organização espacial dos recursos territoriais, tal como representados nas figuras seguintes:

1º Riscos;

2º Recursos naturais e ordenamento agrícola e florestal;

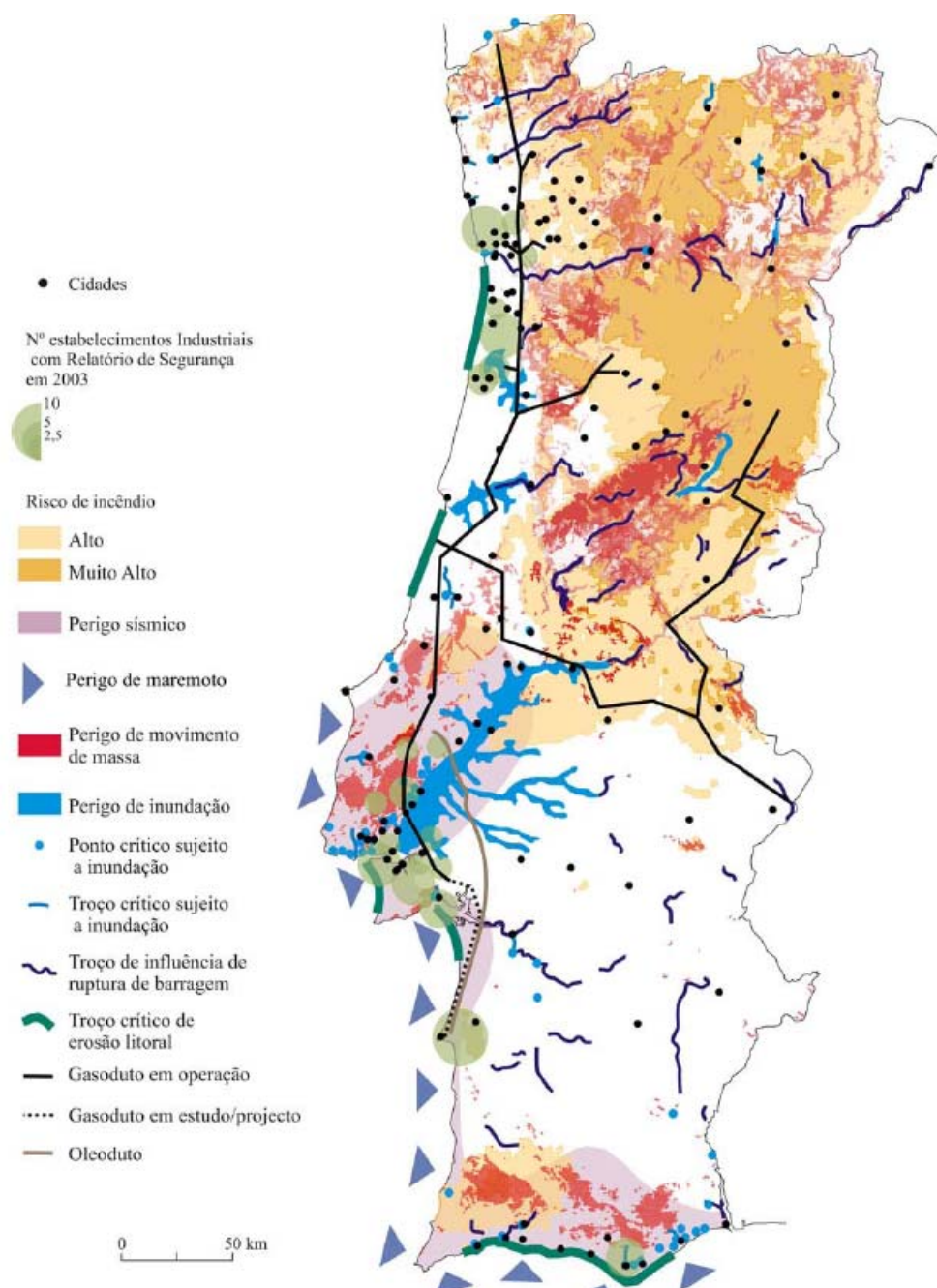
3º Sistema urbano;

4º Acessibilidade e conectividade internacional.

A inclusão do primeiro vector no Modelo Territorial visa reforçar a importância concedida pelo PNPOT a uma gestão preventiva de riscos, destacando-se em relação à área de intervenção do POAE, a definição do troço de influência de ruptura da barragem.

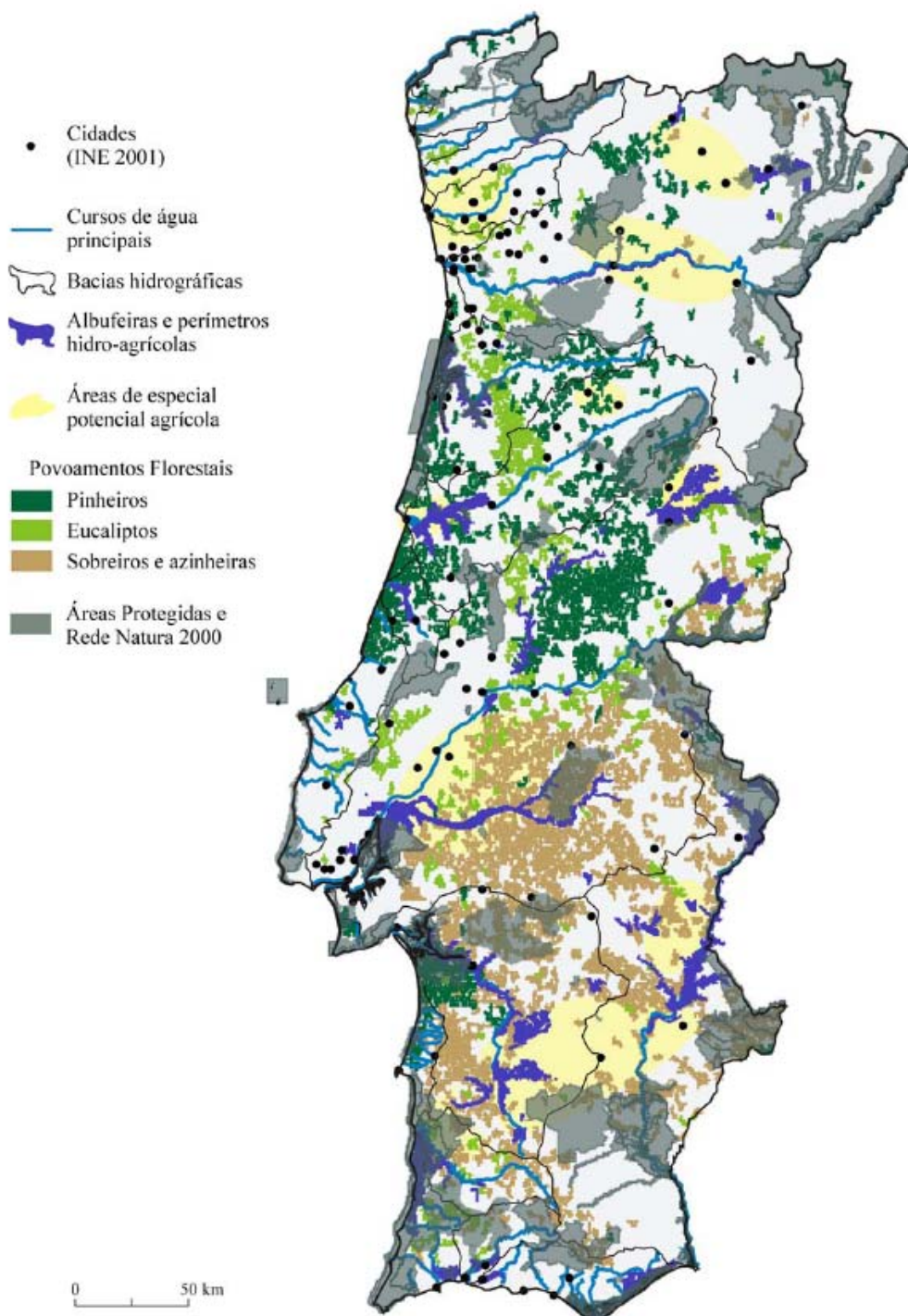
Na Figura encontram-se representativa dos sistemas naturais e agro-florestais em Portugal Continental, destacam-se naquela área a presença da albufeira, sem que sejam identificados povoamentos florestais significativos.

Por fim, na Figura que representa o sistema urbano e de acessibilidades, verifica-se que a área de intervenção apresenta uma localização exterior às principais centralidades, sendo, todavia, de assinalar a sua proximidade ao Arco Metropolitano do Porto.



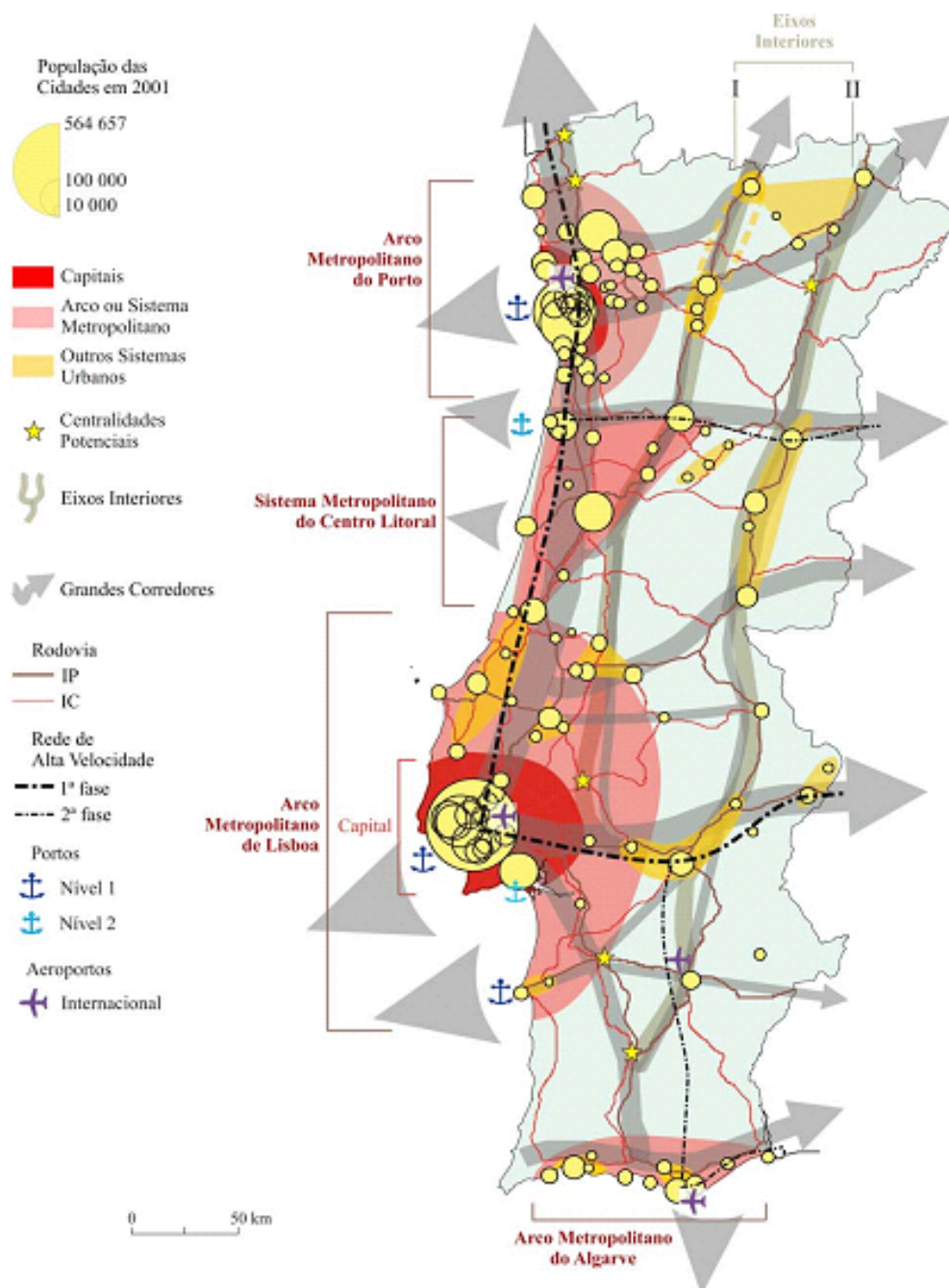
Extraído de: DGOTDU - PNPOT in www.dgotdu.pt.

Figura - Riscos em Portugal Continental



Extraído de: DGOTDU - PNPOT in www.dgotdu.pt.

Figura - Sistemas naturais e agro-florestais em Portugal Continental



Extraído de: DGOTDU - PNPOT in www.dgotdu.pt

Figura - Sistema urbano e acessibilidades em Portugal Continental.

ESTRATÉGIA NACIONAL DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE

A Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001 de 11 de Outubro, assume três objectivos gerais:

- “a) Conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia;
- b) Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;
- c) Contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objectivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica, designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos.”

Para tal, foram definidas as seguintes opções estratégicas (com as respectivas directivas de acção):

- “1) Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas;
- 2) Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas;
- 3) Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social;
- 4) Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de protecção especial integrados no processo da Rede Natura 2000;
- 5) Desenvolver em todo o território nacional acções específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico;
- 6) Promover a integração da política de conservação da Natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais;
- 7) Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local;
- 8) Promover a educação e a formação em matéria de conservação da Natureza e da biodiversidade;
- 9) Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil;
- 10) Intensificar a cooperação internacional”

Apesar de não ser abrangida por áreas protegidas, áreas integradas na Rede Natura 2000 ou outras áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais, a área de intervenção do POAE insere-se na Rede Fundamental de Conservação da Natureza (definida no âmbito da opção

estratégica n.º 2), em função das áreas de Domínio Público Hídrico, Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional.

Por fim, no capítulo referente à integração de políticas, é referida a importância da elaboração dos planos especiais de ordenamento do território, no sentido em que “permite ao Estado assumir plenamente as responsabilidades que a Constituição lhe confia na defesa de valores como o património natural”, acrescentando-se que os planos de ordenamento das albufeiras “são instrumentos privilegiados de salvaguarda dos recursos hídricos e da gestão territorial envolvente”.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007 de 20 de Agosto, obedece aos seguintes objectivos de acção:

- Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”.
- Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética.
- Melhor Ambiente e Valorização do Património.
- Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social.
- Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território.
- Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional.
- Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada.

Na prossecução do objectivo de “Melhor Ambiente e Valorização do Património”, constitui uma prioridade estratégica a “Gestão Integrada da Água e seu Aproveitamento Eficiente”. No sentido de “Promover a gestão integrada da água no quadro das bacias hidrográficas (...) é objectivo a não deterioração do estado das massas de água e a sua protecção, valorização e recuperação para alcançar o bom estado das águas e dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres associados, em particular das zonas húmidas e das zonas ripícolas. Com esse objectivo será promovido o ordenamento do território nas zonas envolventes das massas de água (...)”, enquadrando-se aqui o POAE.

PLANO NACIONAL DA ÁGUA

O Plano Nacional da Água (PNA) estabelece as orientações de âmbito nacional para a gestão integrada da água, considerando a gestão da procura, a sustentabilidade ambiental das utilizações actuais e potenciais dos recursos hídricos, a correcção das disfunções ambientais existentes e o quadro institucional e legal nacional, bilateral, comunitário e internacional, na definição dos objectivos gerais, que de seguida se transcrevem:

- “Promover a sustentabilidade ambiental, económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos, como forma de gerir a procura e garantir as melhores condições ambientais futuras;

- Assegurar a gestão integrada do domínio hídrico, promovendo a integração da componente recursos hídricos nas outras políticas sectoriais e assegurando a integridade hídrica das regiões hidrográficas, bem como a integração dos aspectos da quantidade e da qualidade da água e dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais;
- Promover a gestão sustentável da procura de água, baseada na gestão racional dos recursos e nas disponibilidades existentes em cada bacia hidrográfica e tendo em conta a protecção a longo prazo dos meios hídricos disponíveis e as perspectivas sócio-económicas;
- Promover a racionalização, a optimização e a eficácia do quadro institucional, a adequação do quadro normativo nacional às novas perspectivas e exigências da gestão e planeamento em matéria de recursos hídricos e o cumprimento da legislação, nacional, comunitária e das convenções e acordos internacionais subscritos por Portugal, nomeadamente a Convenção de Albufeira;
- Promover a informação e a participação das populações e das suas instituições representativas nos processos de planeamento e gestão dos recursos hídricos;
- Promover o aumento do conhecimento, do estudo e da investigação aplicada dos sistemas hídricos.”

PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO AVE

Os objectivos associados ao Plano Nacional da Água encontram-se articulados com os objectivos fundamentais definidos no âmbito de cada Plano de Bacia Hidrográfica, nomeadamente o Plano de Bacia Hidrográfica do Ave (PBH Ave), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º19/2002, de 20 de Março, que visa a valorização, a protecção e a gestão equilibrada dos recursos hídricos da referida bacia hidrográfica, considerando a sua harmonização com o desenvolvimento regional e sectorial, através da economia do seu emprego e racionalização dos seus usos.

O PBH Ave estabelece os seguintes objectivos fundamentais:

- Objectivo 1: Garantir a qualidade do meio hídrico em função dos usos:
 - Garantir a qualidade da água nas origens para os diferentes usos, designadamente para consumo humano;
 - Assegurar o nível de atendimento nos sistemas de drenagem e tratamento dos efluentes, nomeadamente os domésticos com soluções técnica e ambientalmente adequadas, concebidas de acordo com a dimensão dos aglomerados e com as infra-estruturas já existentes e com as características de meio receptor;
 - Promover a recuperação e o controlo da qualidade dos meios hídricos superficiais e subterrâneos, no cumprimento da legislação nacional e comunitária, nomeadamente através do tratamento e da redução das cargas poluentes e da poluição difusa.
- Objectivo 2: Assegurar uma gestão racional da procura de água, em função dos recursos disponíveis e das perspectivas socioeconómicas:

- Assegurar a gestão sustentável e integrada das origens subterrâneas e superficiais;
- Assegurar a quantidade de água necessária, na origem, visando o adequado nível de atendimento no abastecimento às populações e o desenvolvimento das actividades económicas;
- Promover a conservação dos recursos hídricos, nomeadamente através da redução das perdas nos sistemas ou da reutilização da água.
- Objectivo 3: Assegurar a protecção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico, a protecção e recuperação de habitats e condições de suporte das espécies nos meios hídricos e no estuário:
 - Promover a salvaguarda da qualidade ecológica dos sistemas hídricos e dos ecossistemas, assegurando o bom estado físico e químico e a qualidade biológica, nomeadamente através da integração da componente biótica nos critérios de gestão da qualidade da água;
 - Promover a definição de caudais ambientais e evitar a excessiva artificialização do regime hidrológico visando garantir a manutenção dos sistemas aquáticos, fluviais, estuarinos e costeiros;
 - Promover a preservação e ou recuperação de troços de especial interesse ambiental e paisagístico, das espécies e habitats protegidos pela legislação nacional e comunitária, das galerias ripícolas e do estuário.
- Objectivo 4: Promover a minimização dos efeitos económicos e sociais das secas e das cheias, no caso de elas ocorrerem, e dos riscos de acidentes de poluição:
 - Promover a adequação das medidas de gestão em função das disponibilidades de água, impondo restrições ao fornecimento em situação de seca e promovendo a racionalização dos consumos através de planos de contingência;
 - Promover o ordenamento das áreas ribeirinhas sujeitas a inundações e o estabelecimento de cartas de risco de inundação e promover a definição de critérios de gestão, a regularização fluvial e a conservação da rede hidrográfica, visando a minimização dos prejuízos;
 - Promover o estabelecimento de planos de emergência, em situação de poluição accidental, visando a minimização dos efeitos.
- Objectivo 5: Potenciar a valorização social e económica da utilização dos recursos:
 - Promover a designação das massas de água em função dos respectivos usos, nomeadamente as correspondentes às principais origens de água para produção de água potável existentes ou planeadas;
 - Promover a identificação dos locais para o uso balnear ou prática de actividades de recreio, para a pesca ou navegação, para extracção de inertes e outras actividades, desde que não provoquem a degradação das condições ambientais;
 - Promover a valorização económica dos recursos hídricos, privilegiando os empreendimentos de fins múltiplos.
- Objectivo 6: Preservar as áreas do domínio hídrico:
 - Promover o estabelecimento de condicionamentos aos usos do solo, às actividades nas albufeiras e nos troços em que o uso não seja compatível com os objectivos de protecção e valorização ambiental dos recursos;

- Promover a definição de directrizes de ordenamento, visando a protecção do domínio hídrico, a reabilitação e renaturalização dos leitos e margens e de uma forma mais geral das galerias ripícolas, dos troços mais degradados e do estuário;
- Assegurar a elaboração e adequar, tendo em conta as orientações decorrentes do PBH, dos POA existentes e previstos e dos POOC.
- Objectivo 7: Racionalizar e otimizar o quadro normativo e institucional vigente:
 - Assegurar a simplificação e racionalização dos processos de gestão da água e os necessários ajustamentos do quadro institucional;
 - Promover a melhoria da coordenação intersectorial e institucional, nomeadamente nos empreendimentos de fins múltiplos;
 - Promover a gestão integrada do estuário, visando a sua valorização social, económica e ambiental;
 - Assegurar a implementação da Directiva Quadro.
- Objectivo 8: Promover a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas e a utilização racional dos recursos e do meio hídrico e promover a aplicação dos princípios utilizador-pagador e poluidor-pagador.
- Objectivo 9: Promover a participação das populações na protecção dos recursos e do meio hídrico:
 - Assegurar a disponibilização de informação tratada de forma adequada para a população e utilizadores;
 - Conceber e apoiar programas de formação de técnicos envolvidos na gestão de recursos hídricos;
 - Dinamizar campanhas e programas de sensibilização dos agentes consumidores e utilizadores, visando a conservação da água e a protecção dos meios hídricos.
- Objectivo 10: Aprofundar o conhecimento dos recursos hídricos:
 - Promover a monitorização do estado quantitativo e qualitativo das massas de água superficiais e subterrâneas;
 - Promover a obtenção contínua de informação sistemática actualizada relativa a identificação do meio receptor e promover a estruturação e calibração do modelo geral de qualidade de água, integrando a poluição pontual e difusa, assim como toda a rede hidrográfica principal, os aquíferos e as albufeiras;
 - Promover o estudo e a investigação aplicada, criando e mantendo as bases de dados adequadas ao planeamento e à gestão sustentável dos recursos hídricos.

A elaboração do POAE, e a sua importância na prossecução dos objectivos de protecção e valorização ambiental dos recursos hídricos, enquadra-se nos objectivos do PBH Ave (particularmente no objectivo 6), sendo que o PBH Ave constitui um importante elemento de referência no levantamento da situação actual e realização dos estudos de base do POAE,

particularmente na identificação, caracterização e análise dos problemas associados à bacia hidrográfica do Ave.

No que respeita às situações hidrológicas extremas e de risco (Capítulo 7 da Parte II - Diagnóstico), é referida a presença de empreendimentos hidroelétricos, com a ressalva de que “As suas albufeiras têm, no entanto, uma capacidade de armazenamento reduzida, tendo uma acção muito limitada no controlo das cheias do rio Ave.”

As principais referências à albufeira do Ermal no âmbito do PBH Ave devem-se à sua classificação como zona sensível pelo Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de Junho⁹, sendo referido que a má qualidade da albufeira do Ermal afecta espécies e ecossistemas de interesse conservacionista.

Mais particularmente, na identificação dos principais problemas associados à Protecção da Natureza¹⁰ na Bacia Hidrográfica do Ave, é referido que “No que se refere aos sistemas lênticos, de acordo com o Decreto-Lei n.º 152/97, que transpõe para o direito interno a Directiva n.º 91/271/CEE, pode considerar-se que todas as albufeiras da bacia hidrográfica do Ave são sensíveis, por se revelarem eutróficas”, sendo objectivo “alcançar, a médio/longo prazo, o grau de mesotrofia de todas as albufeiras.”

Neste sentido, destaca-se a intervenção na albufeira do Ermal no âmbito do P01 – Recuperação e Prevenção da Qualidade da Água, em particular do Subprograma Melhoria da Qualidade da Água em Situações Críticas, em relação ao qual o PBH destaca os seguintes projectos pelos seus impactos sobre o estado de qualidade dos meios hídricos:

- “Recuperação de troços degradados, que visa a melhoria das condições de suporte da vida aquática dos ecossistemas terrestres associados, o aumento da biodiversidade das espécies aquáticas e a valorização das zonas turísticas, desportivas e recreativas”, aplicáveis a águas com interesse conservacionista, onde se inclui a albufeira do Ermal.
- “Melhoria da qualidade da água, que visa a melhoria da qualidade da água em zonas formalmente consideradas como sensíveis mediante a elaboração de planos de acção e sua implementação”, sendo que a albufeira do Ermal se encontra classificada como Zona Sensível.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS

A Lei de Bases da Política Florestal, aprovada pela Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto, estabelece os seguintes objectivos para a política florestal nacional:

- “a) Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais e do conjunto das actividades da fileira florestal;
- b) Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspectos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais;
- c) Assegurar a melhoria do rendimento global dos agricultores, produtores e utilizadores dos sistemas florestais, como contributo para o equilíbrio sócio-económico do mundo rural;
- d) Optimizar a utilização do potencial produtivo de bens e serviços da floresta e dos sistemas naturais associados, no respeito pelos seus valores multifuncionais;

⁹ Procede à transposição para o direito interno da Directiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de Maio de 1991, reportando às disposições aplicáveis à recolha, tratamento e descarga de águas residuais urbanas no meio aquático. Entre outros critérios, são identificadas como zonas sensíveis as albufeiras “cujas águas têm uma fraca renovação e onde eventualmente se pode verificar um fenómeno de acumulação.”

¹⁰ Capítulo 3 da Parte III.

- e) Promover a gestão do património florestal nacional, nomeadamente através do ordenamento das explorações florestais e da dinamização e apoio ao associativismo;
- f) Assegurar o papel fundamental da floresta na regularização dos recursos hídricos, na conservação do solo e da qualidade do ar e no combate à erosão e à desertificação física e humana;
- g) Garantir a protecção das formações florestais de especial importância ecológica e sensibilidade, nomeadamente os ecossistemas frágeis de montanha, os sistemas dunares, os montados de sobre e azinho e as formações ripícolas e das zonas marginais dulçaquícolas;
- h) Assegurar a protecção da floresta contra agentes bióticos e abióticos, nomeadamente contra os incêndios;
- i) Incentivar e promover a investigação científica e tecnológica no domínio florestal.”

A Estratégia Nacional para as Florestas é representada por uma matriz estruturante de onde “constam necessariamente os termos positivos associados aos diversos valores de uso e às diferentes funções que as florestas desempenham, mas constam igualmente as externalidades negativas associadas às florestas, e em particular as que resultam dos incêndios”.

A implementação da Estratégia é então constituída por sete componentes:

- Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
- Especialização do Território;
- Melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável;
- Redução de riscos de mercado e aumento do valor dos produtos;
- Melhoria geral da eficiência e competitividade do sector;
- Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO BAIXO MINHO

A Estratégia Nacional para as Florestas define que a organização dos espaços florestais é efectuada através de planos de ordenamento florestal para cada região, sendo a área de intervenção do POAE abrangida pelo Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho (PROF BM), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/2007, de 28 de Março.

O PROF BM constitui, portanto, um instrumento de política sectorial, cujas orientações estratégicas florestais, no que se refere à ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, devem ser integradas, com as devidas adaptações ao POAE.

O PROF BM prossegue os seguintes objectivos estratégicos:

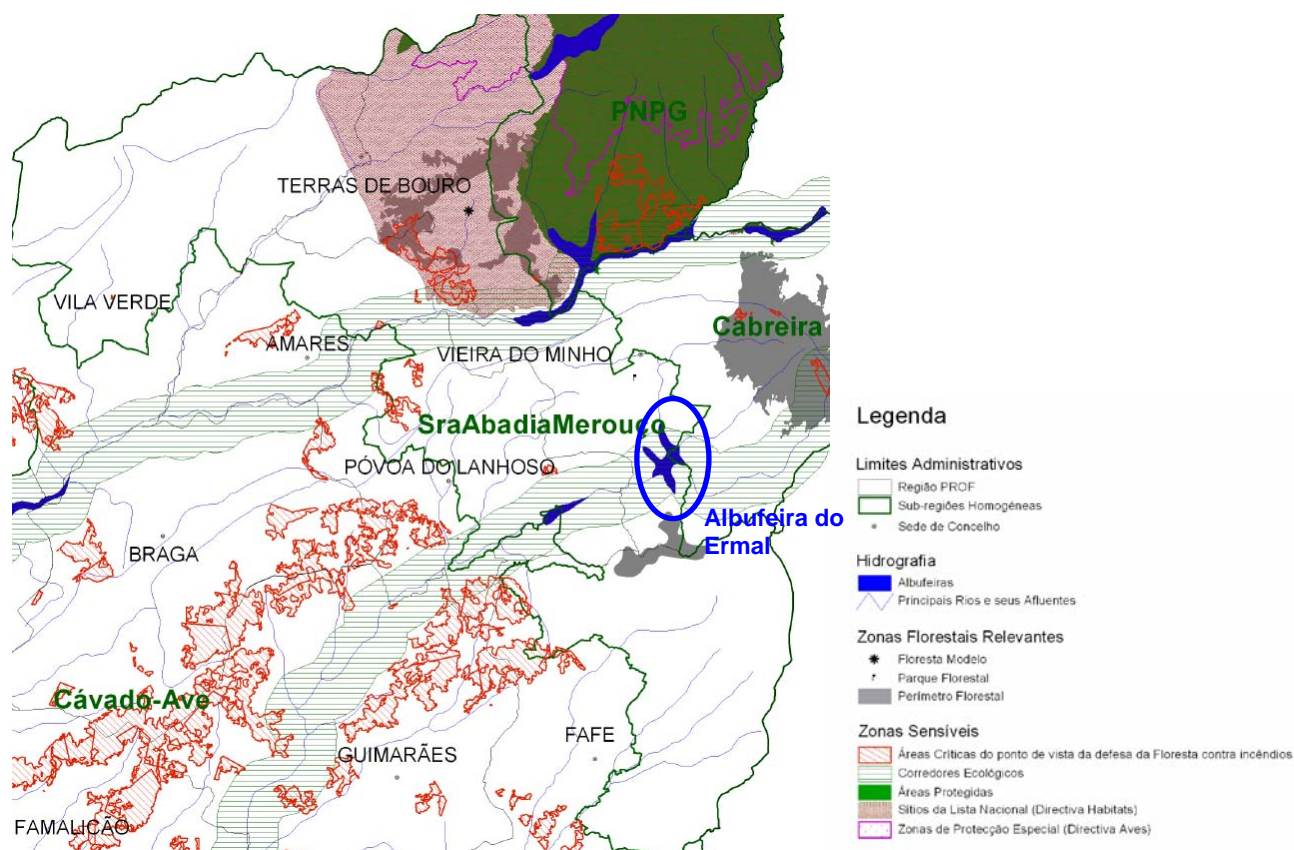
- “Ultrapassar o risco de incêndio;
- Defender e prevenir as áreas florestais da região PROF das ameaças que constituem os fogos florestais, as pragas e as doenças;

- Diminuição do risco de incêndio e, consequentemente, da área florestal ardida;
- Diminuição do número de ignições através da sensibilização e de uma mais intensa fiscalização;
- Promover uma detecção do fogo mais célere e uma intervenção mais eficaz;
- Assegurar a planificação e a gestão florestal sustentável das áreas públicas e privadas com especial atenção para a planificação e gestão de Áreas Protegidas;
- Promover a recuperação e condução da regeneração natural, nomeadamente das espécies mais afectadas pelos incêndios e das manchas mais promissoras de folhosas autóctones;
- Adequar as espécies e os modelos de silviculturas à estação;
- Estimular o aumento da área de espaços florestais com dimensão apropriada à gestão florestal profissional;
- Impulsionar um mosaico florestal diversificado e descontínuo;
- Beneficiar os espaços florestais da região PROF de forma a assegurar o cumprimento das suas múltiplas funções, a sua sanidade e continuidade;
- Aumentar a área florestal arborizada, com espécies bem adaptadas;
- Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente, a castanha, o mel, as plantas medicinais e aromáticas, os frutos silvestres e os cogumelos silvestres;
- Impulsionar o ordenamento silvopastoril e a gestão das áreas de pastagem;
- Promover a ampliação dos espaços florestais destinados ao recreio e lazer;
- Fomentar a adopção de modelos de silvicultura com vista à maior valorização e diversificação dos espaços e produtos florestais;
- Restauração das áreas florestais ameaçadas, danificadas ou afectadas com problemas erosivos e controlar o avanço da desertificação ou destruição pontual causada pelos incêndios florestais, pragas e doenças;
- Controlar e diminuir a área de incidência de invasoras lenhosas;
- Conservação do património florestal em bom estado, da diversidade biológica, geológica e paisagística da região PROF e dos seus habitats naturais, com especial atenção para as Áreas Protegidas.”

A área de intervenção do POAE insere-se principalmente na sub-região homogénea Sra da Abadia-Merouço, **e na Sub-Região Homogénea da Cabreira.**

Para a sub-região homogénea Sra da Abadia-Merouço foram atribuídas as seguintes funcionalidades:

- Protecção;
- Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores;
- Produção.



Extraído de: Direcção Geral dos Recursos Florestais – PROF Baixo Minho in <http://www.dgrf.min-agricultura.pt/portal/politica-e-planeamento-florestal/ppf/publicados/prof-do-baixo-minho>

Figura – Inserção da área de intervenção do POAE na sub-região homogénea Sra da Abadia-Merouço

Na prossecução das funções atribuídas à sub-região homogénea Sra da Abadia-Merouço, foram estabelecidos os seguintes objectivos específicos, que importa considerar no âmbito da elaboração do POAE:

Protecção:

- Proceder à recuperação do perfil do solo através de arborizações que induzam o restabelecimento da sua capacidade bioprodutiva.
- Garantir a integridade ecológica das águas interiores pelo melhoramento das cortinas ripárias existentes.

Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores:

- Recorrer a práticas que conduzam ao melhoramento da actividade silvopastoril, tais como:

- Promoção do ordenamento/gestão do pastoreio;
- Beneficiação de pastagens por sementeira;
- Estabelecimento de pastagens permanentes;
- Incentivo à produção de raças com Denominação de Origem Protegida.
- Fomentar a actividade cinegética através de:
 - Monitorização do estado das populações cinegéticas;
 - Aumento da fiscalização do acto cinegético;
 - Acompanhamento dos planos de gestão;
 - Implementação de um sistema de registo de dados;
 - Implementação e beneficiação de infra-estruturas de suporte.
- Promover a actividade de pesca pela:
 - Identificação e divulgação de troços com potencial;
 - Implementação e beneficiação de infra-estruturas de suporte;
 - Realização de estudos de monitorização das populações piscícolas;
 - Criação de zonas de pesca desportiva.

Produção:

- A promoção da floresta de produção recorrendo à:
 - Utilização de espécies com bom potencial produtivo que permitam obter madeira de qualidade, principalmente nos terrenos agrícolas abandonados, e outros produtos não lenhosos;
 - Aplicação de técnicas silvícolas capazes de elevar o valor comercial do produto final;
 - Promoção de uma correcta e efectiva gestão das manchas de carvalhal.

São ainda aplicáveis a esta sub-região homogénea os seguintes objectivos específicos regionais:

- Arborização e reabilitação de áreas florestais, através da condução da regeneração natural de folhosas autóctones e adensamento da cortina riparia - Actividade I: Condução dos carvalhais.
- Consolidação da actividade florestal através do movimento associativo.

No que respeita o modelo de silvicultura apresentado para esta sub-região devem ser privilegiadas as seguintes espécies florestais:

- Prioritárias:

i. *Acer pseudoplatanus*;

ii. *Castanea sativa*;

iii. *Quercus pyrenaica*;

iv. *Quercus robur*;

v. *Quercus suber*.

- Relevantes:

- i. Alnus glutinosa;*
- ii. Celtis australis;*
- iii. Fraxinus angustifolia;*
- iv. Arbutus unedo;*
- v. Betula alba;*
- vi. Corylus avellana;*
- vii. Crataegus monogyna;*
- viii. Pyrus cordata;*
- ix. Salix atrocinerea;*
- x. Salix salviifolia;*
- xi. Sorbus aucuparia;*
- xii. Pinus pinaster;*
- xiii. Pinus pinea;*
- xiv. Fraxinus excelsior;*
- xv. Prunus avium;*
- xvi. Populus x canadensis.*

No que concerne à Sub-Região da Cabreira são estabelecidos os seguintes objectivos específicos:

- Conservação de habitats, de espécies da fauna e flora e de geomonumentos:
 - Proteger e conservar as espécies de fauna e flora pelo estabelecimento de corredores ecológicos que facilitem a sua circulação e expansão.
- Protecção:
 - Proceder à recuperação do perfil do solo através de aborizações que induzam o restabelecimento da sua capacidade bioproductiva.
 - Garantir a integridade ecológica das águas interiores pelo melhoramento das cortinas ripárias existentes.
- Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores:
 - Recorrer a práticas que conduzam ao melhoramento da actividade silvopastoril, tais como:
 - i. Promover o ordenamento da actividade silvopastoril;
 - ii. Beneficiação de pastagens por sementeira;
 - iii. Estabelecimento de pastagens permanentes;
 - iv. Incentivo à produção de raças com Denominação de Origem Protegida;

- v. Aumento da fiscalização do pastoreio e actividades complementares (por exemplo as queimadas);
- vi. Alargamento das pastagens a outras áreas susceptíveis desse emprego.
- Fomentar a actividade cinegética através de:
 - i. Monitorização do estado das populações cinegéticas
 - ii. Aumento da fiscalização do acto cinegético;
 - iii. Acompanhamento dos planos de gestão;
 - iv. Implementação de um sistema de registo de dados;
 - v. Implementação e beneficiação de infra-estruturas de suporte.
- Promover a actividade de pesca pela:
 - i. Identificação e divulgação de troços com potencial;
 - ii. Implementação e beneficiação de infra-estruturas de suporte;
 - iii. Realização de estudos de monitorização das populações piscícolas;
 - iv. Criação de zonas de pesca desportiva.

No que se refere ao modelo de silvoicultura devem ser privilegiadas para esta sub-região as seguintes espécies:

a) Prioritárias:

- i. *Acer pseudoplatanus*;
- ii. *Alnus glutinosa*;
- iii. *Arbutus unedo*;
- iv. *Betula alba*;
- v. *Castanea sativa*;
- vi. *Celtis australis*;
- vii. *Corylus avellana*;
- viii. *Crataegus monogyna*;
- ix. *Fraxinus angustifolia*;
- x. *Pyrus cordata*;
- xi. *Quercus pyrenaica*;
- xii. *Quercus robur*;
- xiii. *Quercus suber*;
- xiv. *Salix atrocinerea*;
- xv. *Salix salviifolia*;
- xvi. *Sorbus aucuparia*.

b) Relevantes:

- i. *Ilex aquifolium*;

- ii. *Laurus nobilis*;
- iii. *Prunus avium*;
- iv. *Prunus lusitanica*;
- v. *Ulmus minor*;
- vi. *Populus nigra*.

Por fim, acresce-se ainda que, tal como representado na Figura 5, a albufeira do POAE é abrangida pelo traçado do Corredor Ecológico Cávado-Ave/Agrela/Sr^a Abadia-Merouço/Cabreira¹¹ (que se estende ao longo do Ave), tendo por objectivo conectar populações, núcleos ou elementos isolados, contribuindo para a formação de meta populações de comunidades da fauna e da flora.

Neste contexto, face à sua inserção num corredor ecológico, na área de intervenção do POAE assume especial protagonismo a “sub-função de protecção da rede hidrográfica, com objectivos de gestão e intervenções florestais ao nível da condução e restauração de povoamentos nas galerias ripícolas”, acrescentando-se a “sub-função de conservação de recursos genéticos, com objectivos de gestão da manutenção da diversidade genética dos povoamentos florestais e manutenção e fomento dos próprios corredores ecológicos”¹².

PLANO NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

O Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PDFCI), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio, pretende em primeira instância criar “condições propícias para a redução dos incêndios florestais”.

O PNDFCI encontra-se estruturado em cinco eixos estratégicos de actuação:

- “Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- Redução da incidência dos incêndios;
- Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.”

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Vieira do Minho, datado de 2007, tem a pretensão de ser um instrumento de síntese do planeamento municipal no que respeita à

¹¹ O outro Corredor Ecológico definido pelo PROF BM corresponde ao Litoral Esposende/Cávado-Ave/Sr^a Abadia-Merouço/Cabreira, que se estende ao longo do Rio Cávado, abrangendo as albufeiras da Penide, Caniçada e Salamonde.

¹² A funcionalidade de Conservação não é atribuída à generalidade da sub-região homogénea de Sra da Abadia-Merouço.

defesa da floresta contra incêndios, incluindo “as acções que, segundo a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI), os diversos agentes com responsabilidade na fileira florestal local (município, bombeiros, GNR, núcleo florestal, produtores florestais, etc.) devem concretizar;” e “a coordenação, as acções a desenvolver e a gestão de meios e recursos mobilizáveis, em cenários de incêndio”.

Este Plano retoma os cinco eixos estratégicos definidos pelo PNDFCI:

- “Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- Redução da incidência dos incêndios;
- Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.”

PROGRAMA NACIONAL PARA O USO EFICIENTE DA ÁGUA

O Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de Junho, enquadra-se no Plano Nacional da Água e tem como principal objectivo a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos.

O PNUEA assenta sobre quatro áreas programáticas, compreendendo cada uma delas um conjunto de acções:

- AP1 - Medição e reconversão de equipamentos de utilização da água;
- AP2 - Sensibilização, informação e educação;
- AP3 - Regulamentação e normalização;
- AP4 - Formação e apoio técnico.

O PNUEA estabelece um conjunto de Metas para o uso da água no horizonte de vigência do Programa, a saber:

- Meta no consumo urbano – face às estimativas de consumo à procura efectiva verificou-se a eficiência actual de utilização da água é de cerca de 60%. Desta forma “tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir, ao fim de um período de 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80%.”
- Meta no consumo agrícola - A actual eficiência de utilização da água é de cerca de 60%, pelo que “Tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de área regada, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir a 10 anos uma eficiência de utilização de água de 65%.”
- Meta no consumo industrial - O PNUEA verificou que a actual eficiência de utilização da água é de cerca de 70%, da mesma forma que para os sectores anteriores, “tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de um período de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%”

De acordo com o documento que esteve na base da versão publicada através da Resolução do Conselho de Ministros a cima mencionada, o PNUEA aponta para um conjunto de 87 medidas para os três principais sectores utilizadores (agricultura, industria e abastecimento urbano), a que é atribuída prioridade mais elevada.

PLANO ESTRATÉGICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

O PEAASAR II 2007-2013, foi aprovado pela Despacho n.º 2339/2007, de 14 de Fevereiro, constitui um documento estratégico que vem no seguimento do PEAASAR 2000-2006 com um papel essencial na estruturação do sector de abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Todavia, finalizado o período de programação e tendo-se iniciado um novo ciclo de fundos comunitários, QREN 2007-2013, que visa, “(a minimização das ineficiências dos sistemas numa perspectiva de racionalização dos custos a suportar pelas populações, estabelece os modelos de financiamento e as linhas de orientação da política tarifária e define a reformulação do enquadramento legal e do modelo regulatório necessária à sua maior eficácia.” (Despacho n.º 2339/2007, de 14 de Fevereiro).

O PEAASAR II foi desenvolvido tendo em linha de conta a envolvente relativamente a outros planos e programas de entre os quais se salientam: o Plano Nacional da Água, as Bases para a Estratégia de Gestão Integrada das Zonas Costeiras, o Programa Nacional da o Uso Eficiente da Água, a Lei da Água, a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, entre outros.

Para além da construção de infra-estruturas básicas e da sua boa gestão e exploração, o PEAASAR II deverá contribuir para a defesa da saúde pública e melhoria das condições de vida das populações bem como para o desenvolvimento regional, aumento da produtividade e competitividade do sector, para a qualificação de recursos humanos, para o investimento em I&D, para a inovação e para o desenvolvimento sustentável.

O PEASAAR II determina ainda orientações e fixa objectivos de protecção de valores ambientais no contexto da actividade do sector, com destaque para as boas praticas ambientais e para a gestão integrada dos recursos hídricos, o uso eficiente da água, a gestão das águas pluviais numa perspectiva ambiental, a gestão das lamas produzidas nas ETA e nas ETAR, a problemática do tratamento de efluentes industriais, com particular destaque para os efluentes agro-industriais, a eco-eficiência energética, a gestão patrimonial de infra-estruturas, as exigências ambientais a nível da contratação e a monitorização ambiental.

Desta forma, foram definidos 3 grandes objectivos estratégicos para o sector do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, que devem nortear as acções a desenvolver para o período 2007-2013:

- Universalidade, a Continuidade e a Qualidade do serviço.
- Sustentabilidade do Sector.
- Protecção dos Valores Ambientais.

O PEASAAR define ainda um conjunto de objectivos operacionais que se apresentam de seguida:

- Servir 95% da população do país com sistemas públicos de abastecimento de água e servir 90% da população do País com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas sendo que em cada sistema o nível de atendimento deve atingir pelo menos 70% da população;
- Obter níveis adequados de qualidade do serviço mensuráveis pela conformidade dos indicadores da qualidade do serviço;
- Estabelecer, a nível nacional, tarifas ao consumidor final situadas num intervalo compatível com a capacidade económica das populações;
- Garantir, em prazo razoável, a recuperação integral do custo dos serviços;
- Optimizar a gestão operacional e eliminar custos de ineficiência;
- Contribuir para a criação de emprego através da dinamização do tecido empresarial privado nacional e regional;
- Cumprir os objectivos decorrentes do normativo nacional e comunitário;
- Garantir uma abordagem integrada na prevenção e controlo da poluição provocada pela actividade humana e pelos sectores produtivos;
- Aumentar a produtividade e a competitividade do sector através de soluções que promovam a eco-eficiência.

PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 15 de Fevereiro aprova os objectivos e principais linhas de desenvolvimento do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), que se apresentam detalhados no respectivo Relatório e nas estudos relativos às Estratégias de Desenvolvimento de Produtos Turísticos, da responsabilidade do Turismo de Portugal, IP.

O PENT apresenta uma visão em que “Portugal deve ser um dos destinos de maior crescimento na Europa, através do desenvolvimento baseado na qualificação e competitividade da oferta, transformando o sectores num dos motores de crescimento da economia nacional”, encontrando-se estruturado em cinco eixos estratégicos:

- “I) Território, destinos e produtos - desenvolvimento das regiões e de novos pólos de desenvolvimento turístico, e de dez produtos estratégicos;
- II) Marcas e mercados - afirmar a marca destino Portugal e consolidar e desenvolver os mercados alvos;
- III) Qualificação de recursos - qualificar serviços e destinos, qualificar os recursos humanos, desburocratizar (facilitar a relação com a Administração Pública);
- IV) Distribuição e comercialização - ajustar empresas e destinos aos novos modelos de negócio;
- V) Inovação e conhecimento - gerar conhecimento para decisão, interligação com plano tecnológico.”

No âmbito do 1º eixo estratégico, é proposto o desenvolvimento e consolidação de 10 produtos turísticos estratégicos: Sol e mar, circuitos turísticos (touring) cultural e paisagístico, estadias de curta duração em cidade (city break), turismo de negócios, turismo de natureza, turismo náutico

(inclui os cruzeiros), saúde e bem-estar, conjuntos turísticos (resorts) integrados e turismo residencial, e gastronomia e vinhos.

A albufeira do Ermal pertence à região do Porto e Norte, onde são apresentados como produtos potenciadores de crescimento a curto prazo, o City Break (neste caso relativo ao Porto), o Touring e o Turismo de Natureza. A área da albufeira exibe especial apetência para o Touring Cultural e Paisagístico, no âmbito do qual devem ser promovidos “circuitos que aproveitem e potenciem locais ímpares do país com património natural, paisagístico, histórico e cultural”.

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL

O Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, que estabelece o enquadramento da aplicação da política comunitária de coesão económica e social, assume as seguintes prioridades estratégicas:

- Promover a qualificação dos portugueses e das portuguesas, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade;
- Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objectivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante;
- Garantir a coesão social actuando, em particular, nos objectivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social;
- Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento;
- Aumentar a eficiência da governação privilegiando, através de intervenções transversais nos Programas Operacionais relevantes, os objectivos de modernizar as instituições públicas e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação.”

No quadro da Agenda Operacional para a Valorização Territorial¹³, as intervenções relativas à Protecção e Valorização do Ambiente assumem especial relevância, incluindo a elevação das dotações em redes e infra-estruturas de abastecimento e drenagem, o aumento dos níveis de salvaguarda e valorização dos recursos naturais e por fim o reforço da prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais e tecnológicos (incluindo cheias e inundações, incêndios florestais), objectivos que se associam à preservação da albufeira e da sua envolvente.

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VIEIRA DO MINHO

A nível municipal, a área de intervenção do POAE apenas se encontra abrangida pelo Plano Director Municipal de Vieira do Minho, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/95, de 14 de Setembro. Na Planta de Ordenamento, à escala 1:25 000, é possível identificar na área de intervenção do POAE as seguintes classes de espaço, representadas no Desenho 5 apresentado na Fase 1 do POAE (para as quais se transpõe as principais orientações estabelecidas pelo Regulamento):

- Espaços de aglomerados do tipo 2 (artigos 47.º a 51.º) – “caracterizam-se pela coexistência de malhas urbanas não consolidadas servidas por um reduzido nível de infra-estruturas com áreas urbanas consolidadas e devidamente infra-estruturadas; os equipamentos e comércio existentes são normalmente os de carácter básico ou essencial, a tipologia dominante é a de baixa densidade, em regra habitação unifamiliar, verificando-se por vezes a inexistência de definição de alinhamentos de construção.” É permitida a construção de habitação unifamiliar isolada, geminada ou em banda, até dois pisos, e funções complementares e equipamentos de apoio. Pode ser autorizado pela Câmara Municipal um máximo de três pisos e a edificação multifamiliar, mediante um conjunto de condições estabelecidas em Regulamento ou a sua definição em Plano de Pormenor ou Plano de Urbanização.
- Espaços de aglomerados do tipo 3 (artigos 52.º a 56.º) – “caracterizam-se pela ocupação linear ou nucleada, sem expressão de continuidade, ao longo de vias de carácter rural, pavimentadas ou não, inexistindo ou sendo deficientes equipamentos ou serviços e surgindo o comércio esporadicamente, verificando-se ainda que a tipologia dominante é a de casa/quintal ou casa/quinta e os alinhamentos de construção são geralmente indefinidos.” Destinam-se preferencialmente à actividade residencial, associada à utilização agrícola, unifamiliar e isolada. Pode ser permitida a edificação destinada a outros usos, e loteamentos quando destinados preferencialmente à habitação, desde se que situem à margem de arruamentos. É permitido um máximo de dois pisos.
- Espaços de expansão de aglomerados do tipo 2 (artigos 63º a 66º) – “São espaços sem ocupação significativa, a infra-estruturar, localizados na periferia ou constituindo enclaves significativos em espaços de aglomerados do tipo 2, que se pretende venham a adquirir idênticas características de ocupação.” Nestes é permitida a construção de habitação unifamiliar isolada, geminada ou em banda, com cêrcea máxima até dois pisos e três pisos de excepção. É estabelecida como densidade populacional global para planos de ordenamento e loteamentos 120 habitantes/ha.

¹³ A Agenda Operacional Temática para a Valorização do Território compreende além da Protecção e Valorização do Ambiente, os seguintes vectores principais de intervenção das políticas públicas:

- Reforço da Conectividade Internacional, das Acessibilidades e da Mobilidade;
- Política de Cidades;
- Redes, Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Territorial e Social.

- Espaços florestais (artigos 71º a 73º) – “São espaços não infra-estruturados, de carácter agrícola, de mata ou pedregosos, ou vocacionados para a utilização florestal e silvo-pastoril, que contribuem para o enquadramento paisagístico e para a transição entre as diferentes unidades de ordenamento.” Nestes espaços não é permitida a construção, salvo a autorização da Câmara Municipal a um conjunto de excepções estabelecidas em Regulamento.
- Espaços agrícolas (RAN) (artigos 78º) – integram os solos classificados como Reserva Agrícola Nacional, obedecendo aos condicionantes próprios daquela classificação.

Na Planta de Condicionantes, à escala 1:25 000, apresentada na Fase 1 (Desenho nº 5), estão representadas na área de intervenção do POAE, as seguintes servidões administrativas e restrições de utilidade pública:

- Reserva Agrícola Nacional (RAN) (artigo 6.º e 7.º) – Nestes espaços “não poderão ser levadas a efeito quaisquer acções que conduzam à utilização do solo para fins não agrícolas, apenas podendo ser autorizadas as acções abrangidas pela legislação em vigor, quando” a agora designada Entidade Regional do Norte da Reserva Agrícola Nacional“ se tenha pronunciado favoravelmente”.
- Reserva Ecológica Nacional (REN) (artigo 8.º a 11.º) – Nestes espaços “não poderão ser levadas a efeito quaisquer acções que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal, apenas podendo ser autorizadas as acções abrangidas pela legislação em vigor ou previstas no presente Regulamento.” A sua classificação incide sobre: Leitos dos cursos de água e zonas ameaçadas pelas cheias;
- Cabeceiras das linhas de água, sempre que a sua dimensão e situação em relação à bacia hidrográfica tenha repercussões sensíveis no regime do curso de água e na erosão das cabeceiras ou das áreas situadas a jusante; Áreas de máxima infiltração; Ínsuas; Albufeiras e faixas de protecção respectivas; áreas com risco de erosão.
- Zona de Protecção a imóvel classificado ou em vias de classificação – Valores Patrimoniais (artigos 13.º e 14.º) – corresponde à delimitação de uma área de protecção para determinado valor patrimonial, no âmbito da qual os pedidos de licenciamento serão (cumulativamente ao estabelecido na
- Legislação aplicável) analisados por uma Comissão Especial de Apreciação de Projectos (CEAP) a criar pela Câmara Municipal.

São ainda observadas outras Servidões administrativas e restrições de utilidade pública constantes da legislação em vigor:

- Domínio Hídrico;
- Zona Reservada da Albufeira **(100 m)**;
- Servidões Rodoviárias;
- Infra-estruturas de abastecimento e drenagem;
- Áreas percorridas por incêndios;

- Zona de protecção da barragem e dos órgãos de segurança e utilização da albufeira;
- Zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e utilização da albufeira;
- Marcos Geodésicos.

ANEXO II – PARECERES RECEBIDOS NO ÂMBITO DAS CONSULTAS ÀS ERAE E CMC

Quanto ao parecer favorável à presente proposta de plano, desde que consigam os aspectos a q se faz necessário a presente informação

15.06.10
Directora de Serviços de Ordenamento do Território

Célia Ramal
(Célia Ramal)

Informação n.º 513/DSOT/DSIRT

Proc. n.º P.419/2007

Data 15.06.2010

Assunto Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal - Parecer sobre os Elementos Finais do Plano (Maio2010)

No âmbito do acompanhamento da elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal (POAE) em sede de Comissão Mista de Coordenação (CMC) é solicitado parecer sobre a proposta de plano com base nos documentos finais, disponibilizados em Maio de 2010 e que alteram e complementam os já apreciados em Março de 2009.

A presente informação pretende suportar o parecer final da CCDR/N sobre a globalidade da proposta do POAE (a considerar no parecer final da CMC) e que, de acordo com o disposto no art. 47º do D.L. 380/99, de 22 de Setembro, na sua actual redacção, deverá contemplar:

A - Parecer sobre os conteúdos gerais da proposta de Plano;

B - Parecer sobre o Relatório Ambiental;

C - Parecer quanto à articulação e coerência da proposta com os objectivos, princípios e regras definidos por quaisquer outros instrumentos de gestão territorial eficazes.

Os conteúdos documentais do Plano, em conformidade compreendem:

- ☐ Planta de Enquadramento, Carta 1, abrangendo a área de intervenção e a zona envolvente, bem como as principais vias de comunicação.
- ☐ Planta da Situação Existente, Carta 2.
- ☐ Regulamento.
- ☐ Planta de Síntese, Carta 3, identificando para o Plano de Água e Zona de Protecção, o zonamento em função do regime de gestão definido.
- ☐ Planta de Condicionantes, Carta 4, assinalando as servidões administrativas e restrições de utilidade pública.
- ☐ Relatório, que aqui se apresenta e fundamenta as principais medidas, indicações e disposições adoptadas.
- ☐ Relatório Ambiental, e respectivo Resumo Não Técnico, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do POAE e as suas alternativas razoáveis.
- ☐ Programa de Execução onde são apresentadas e hierarquizadas as propostas consideradas estratégicas e determinantes para a concretização do POAE, sendo igualmente feita uma referência aos custos previsíveis de cada acção, e prioridade base de execução, de acordo com os critérios e opções decorrentes da execução do POAE.
- ☐ Estudos de caracterização que fundamentaram a solução proposta e já apresentados sob a forma de Relatórios da 1ª Fase (Levantamento da Situação Actual) e da 2ª Fase (Estudo de Base e Pré-proposta de Ordenamento).

A - Sobre os conteúdos gerais da proposta de Plano cumpre informar:

A - I. Os documentos apresentados dão resposta ao estabelecido no artº 45º do D.L. 380/99, de 22 de Setembro e na Portaria nº 137/2005, de 2 de Fevereiro: *Regulamento e Peças Gráficas necessárias à representação da expressão territorial, acompanhados de Relatório de justificação da disciplina definida, Relatório Ambiental e Planta de Condicionantes, Planta de enquadramento, Programa de execução, Estudos de caracterização que fundamentam a solução proposta, Planta da situação existente e Elementos gráficos de maior detalhe.*

O documento *Participações recebidas em sede de discussão pública e respectivo relatório de ponderação* deverá ser apresentado em fase posterior, após a discussão pública.

A cartografia utilizada parece não ter levado em consideração todas as regras contidas no Decreto Regulamentar 10/2009, de 29 de Maio, aplicáveis ao Plano em apreço, por força das normas transitórias nele contidas.

A - 2. As peças que constituem o Plano - Regulamento e Planta de Síntese-, e as que o acompanham, designadamente, o Relatório que fundamenta a proposta, o Programa de Execução e a Planta Actualizada de Condicionantes, traduzem os objectivos gerais e específicos de ordenamento estabelecidos, a ponderação das medidas de gestão adequadas e a síntese dos documentos de caracterização, diagnóstico e valoração, atendendo à avaliação da sensibilidade e valor dos recursos naturais em presença, tendo em conta a generalidade das propostas e orientações resultantes da avaliação ambiental estratégica.

Na sequência do resultado da apreciação dos elementos correspondentes à proposta de Plano, apresentados na Fase 3 de acompanhamento da sua elaboração (Maio 2009), e segundo o qual foram propostas, pela CCDR-N, diversas alterações e comentários, procedeu-se à verificação do seu acolhimento nos elementos finais disponibilizados (Volume I – Relatório; Volume II – Regulamento; Volume III – Programa de Execução; Volume IV – Relatório Ambiental; Volume V – Resumo Não Técnico do Relatório Ambiental; Carta 3 – Planta de Síntese; Carta 4 – Planta de Condicionantes; Carta 4a – Anexo à Planta de Condicionantes /Áreas ardidas de 2008), previamente à reunião da Comissão de Acompanhamento, a realizar no próximo dia 16 de Junho.

Desta verificação conclui-se que foram acolhidas quase todas as sugestões, embora subsistam algumas questões que carecem de esclarecimento e rectificação na proposta final do plano.

A - 2.1 Relatório

Recomenda-se a actualização, no primeiro parágrafo da página 5 do documento, à referência à classificação de acordo com o respectivo enquadramento legal – Portaria 522/2009, de 15 de Maio.

Nas condicionantes legais, deveria haver referência expressa à RCM que aprovou a REN de Vieira do Minho.

As áreas florestais percorridas por incêndio deverão ser referidas no Relatório, em concordância com a tradução cartográfica da Planta Anexa à de Condicionantes, segundo as indicações do ponto 3 sobre a Planta de Condicionantes.

A - 2.2 Planta de Condicionantes

O NPA actualmente representado (e que resultou de levantamentos topográficos recentemente efectuados) leva a que diversos sistemas da REN (faixa de protecção, áreas de máxima infiltração) e RAN fiquem dentro do plano de água. Entende-se que esta situação deverá ser devidamente rectificada, o que, no caso da REN, implica que a reserva seja representada através de trama única, com diferenciação entre as linhas de água que a integram em relação às demais.

O denominado "solo urbano" não deve estar representado na planta de condicionantes. A base cartográfica poderia revelar o edificado, mas tal não foi possível.

As áreas florestais percorridas por incêndio nos últimos 10 anos com a diferenciação por anos de ocorrência, e as classes de perigosidade de incêndio florestal das classes alta e muito alta deveriam constar da Planta Anexa à de Condicionantes (4a). Verificando-se que as classes de perigosidade de incêndio constam na Planta de Condicionantes, e que a Planta Anexa apenas contém as "Áreas ardidas de 2008", recomenda-se as 2 condicionantes passem a constar da Planta 4a e que esta última designação seja corrigida para Áreas florestais percorridas por incêndio nos últimos 10 anos, independentemente da ocorrência ou não de incêndios florestais em todos os anos. Acresce que, segundo as fontes oficiais (<http://www.afn.min-agricultura.pt/portal/dudf/informacoes/cartografia/cartografia-oficial-areas-ardidas-1990-2008>) ocorreram efectivamente incêndios em outros anos, e não em 2008, pelo que importa identificar e diferenciar os polígonos referentes a cada ano.

A - 2.3 Planta Síntese

As Áreas edificadas devem ser retiradas da Planta síntese, tanto na representação gráfica como na legenda.

Em contrapartida, falta legendar os *Perímetros urbanos*, que correspondem à transposição exacta dos perímetros estabelecidos no PDM de Vieira do Minho em vigor (detectou-se uma situação em que tal não acontece, a sul da EN 304).

As *Áreas de Intervenção Específica* também deverão ser retiradas da legenda já que não têm qualquer correspondência a nível regulamentar.

A - 2.4 Regulamento

Verifica-se que não há total correspondência entre o regulamento e a legenda da Planta de Ordenamento (*Áreas de Intervenção Específica* e as *Áreas edificadas*).

No artigo 3º alínea b) deverá ser melhorado o texto sobre o que versa a Planta Síntese, designadamente, em vez de referir *os usos preferenciais em função do regime de gestão definido*, mencionar os níveis de protecção e zonas de recreio e lazer.

No mesmo artigo, alínea d), corrigir para onde constam as áreas florestais percorridas por incêndio nos últimos 10 anos e as áreas de perigosidade alta e muito alta de incêndio florestal.

O artigo 9º, nº 4 deverá ser rectificado de acordo com o acima mencionado, retirando as referências a *Áreas de Intervenção Específica* e a *Áreas edificadas*.

A - 2.5 Programa de execução

Considera-se que as Medidas e Acções propostas no Programa de Execução são globalmente adequadas à concretização dos objectivos e das propostas do POAE.

Em face do exposto, conclui-se que os níveis de salvaguarda, a sua expressão territorial, o ordenamento das actividades no plano de água, bem como as zonas de recreio e lazer são coerentes com o resultado das fases de caracterização, valoração e diagnóstico e concretizam os objectivos pré definidos.

B - Parecer sobre o Relatório Ambiental

Analisado o Vol. IV - Relatório Ambiental datado de Maio de 2010, entregue com os demais elementos finais do Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal, atendendo às recomendações apresentadas no parecer da CCDR-N de Abril de 2009, conclui-se o seguinte:

Trata-se de um exercício válido, adaptado ao tipo de plano em questão, estando o documento redigido de forma concisa e cumprindo genericamente o seu propósito. Entende-se ainda que os Factores Críticos de Decisão foram devidamente identificados e demonstram-se representativos, face ao objecto de Avaliação.

Salientam-se, no entanto, alguns aspectos, que se considera deverem ser alvo de reflexão:

- na sequência da consulta efectuada para efeitos da definição de âmbito e alcance da informação a incluir no RA, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, considera-se que deveriam ter sido identificadas todas as entidades convidadas a pronunciarem-se para o efeito e apresentado cópia integral (em anexo, *pe*) dos pareceres. Entende-se ainda que o RA deveria explicitar o modo como as recomendações resultantes da referida consulta institucional foram consideradas, indicando ainda fundamentação para as sugestões não acolhidas. De facto, apenas é acrescentada, na pág. 6, uma referência a sugestões da CCDR-N, que não correspondem à totalidade das que foram comunicadas no parecer;
- mais do que apresentar as *Razões que justificam as alternativas escolhidas* (capítulo 3), considera-se que no Relatório deveriam ter sido apresentadas e estudadas as *alternativas razoáveis que tenham em conta os objectivos e o âmbito de aplicação territorial respectivos*, de modo a prestar cumprimento ao estipulado no ponto 1 do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de Junho;
- sugere-se uma revisão da *coerência dos objectivos do POAE com os objectivos do Quadro de Referência Estratégico* (Quadro 4.1), já que, designadamente, se estranha não haver reconhecimento de coerência entre o objectivo do POAE *Garantir a articulação com os outros instrumentos de gestão territorial, de âmbito nacional ou municipal, aplicáveis na área de intervenção, nomeadamente com o plano da bacia hidrográfica do Ave e o próprio PBHA*;
- na *Avaliação por Factor Crítico de Decisão*, a principal fragilidade encontrada no documento prende-se com a não concretização do referido *conjunto de medidas, acções ou disposições* que contribuem para a

prossecução dos objectivos elencados, ficando sem se saber de que medidas/acções/disposições específicas se tratam, não sendo possível aferir a sua adequação.

Neste seguimento, recomenda-se que estes aspectos sejam explicitados no Relatório Ambiental, através por exemplo, de uma adaptação do *Quadro 2.1 – Medidas/acções propostas segundo os objectivos gerais do POAE e grandes áreas de intervenção* apresentado no *Volume III – Programa de Execução*. Refira-se ainda que apenas face à concretização dos estudos e planos (designadamente os planos de monitorização) referidos no Programa de Execução é que se poderá apreciar a sua valia.

Sem prejuízo do referido, considera-se uma mais-valia o exercício de síntese apresentado no *Quadro 5.4 Avaliação global dos efeitos do POAE nos FCD*;

- mantém-se a convicção de que a fase de seguimento deveria ser mais desenvolvida, afigurando-se que não foram devidamente trabalhados os indicadores e traduzidos em parâmetros mensuráveis, nem definidas metas (ver *Quadro 6.1*, pág. 45 e *Quadro 5.3*, pág. 39). Mantém-se muita reserva quanto à opção de monitorização com frequências quinquenais ou decenais;
- chama-se a atenção para a manutenção do termo *Zonas Balneares*, que só pode ser utilizado nas situações efectivamente designadas;
- entende-se que o *Resumo Não Técnico* poderia ter sido redigido de forma menos esquematizada, no sentido de melhor explicar o seu propósito.

C - Articulação e coerência da proposta com os objectivos, princípios e regras definidos por outros instrumentos de gestão territorial eficazes

Sobre a articulação e coerência da proposta com os objectivos, princípios e regras aplicáveis ao território em causa, definidos por outros instrumentos de gestão territorial eficazes, nos termos estritos do estabelecido pelo n.º 5 do art.º 47.º do D.L. 380/99, de 22 de Setembro, na sua actual redacção, considera-se que a tarefa foi globalmente garantida pelo INAG, IP decurso da elaboração do Plano.

As servidões e restrições constantes da Planta Actualizada de Condicionantes, designadamente a Reserva Ecológica Nacional (REN) e a Reserva Agrícola Nacional (RAN), correspondem às delimitações

actualmente em vigor para concelho de Vieira do Minho, o que garante a compatibilidade do PEOT com o PDM.

No que respeita à REN, e dado o PDM se encontra em revisão, assim que a nova delimitação se encontra em vigor, deverá a Planta de Condicionantes do POAE ser actualizada. As áreas que integram a REN estão abrangidas, no mínimo, pelo nível de protecção estabelecido para as *Zonas de protecção de nível III*, o que se considera adequado e compatível com o actual regime jurídico daquela reserva.

Tratando-se de um plano de salvaguarda de recursos e valores naturais, fundamentalmente associados aos recursos hídricos, e que estabelece regimes de protecção consoante a gradação e a sensibilidade à acção humana dos valores a salvar, está globalmente garantida a articulação e coerência com os planos sectoriais desenvolvidos para recursos específicos como sejam os hídricos (Plano de Bacia Hidrográfica do Ave) e florestais (Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho).

Sem prejuízo da apreciação que for efectuada pelas demais entidades com tutela sobre sectores específicos (recursos hídricos, floresta, agricultura, património arqueológico e arquitectónico, etc.), conclui-se que as propostas do POAE não configuram situações de incompatibilidade legal, manifesta desconformidade de objectivos, modelo de gestão ou regras de uso e transformação do solo.

Conclusão

Considera-se que os elementos que constituem a Proposta do Plano e que foram objecto de análise dão cumprimento aos objectivos definidos, merecendo, globalmente, a nossa concordância. As fases de caracterização e de diagnóstico foram metodologicamente e substantivamente bem desenvolvidas e sustentam os regimes de salvaguarda, a respectiva expressão territorial e o regulamento.

Relativamente ao Relatório Ambiental considera-se ter condições para merecer o parecer favorável da CCDR-N, recomendando-se que as insuficiências detectadas sejam supridas antes da discussão pública, e que as sugestões relacionadas com o seguimento e monitorização sejam colmatadas na fase de emissão da Declaração Ambiental.

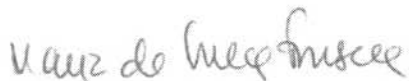
Sobre articulação e coerência da proposta com os objectivos, princípios e regras aplicáveis definidos por outros IGT eficazes, conclui-se que as propostas do POAE não configuram situações de

incompatibilidade legal, manifesta desconformidade de objectivos, modelo de gestão ou regras de uso e transformação do solo.

Em conclusão, propõe-se que seja emitido parecer favorável ao POA do Ermal, desde que sejam corrigidos os aspectos que se prendem com as plantas de condicionantes, de síntese e o regulamento, e atendidas as demais recomendações.

À consideração Superior.

A Chefe da Divisão de Sistemas e Recursos Territoriais



Maria da Graça Fonseca

Exmo Senhor
Presidente do Instituto da Água
Av. Almirante Gago Coutinho, nº 30
1049-066 Lisboa

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência
Proc. nº 5382/2009
Ofício nº 7688

Data
11-06-2010

Assunto Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal

Reportando-me ao assunto em epígrafe, sugerem-se as seguintes alterações:

Regulamento:

Artº 4º

"Construção ligeira" – *estrutura construída com materiais ligeiros, sobrelevada, não suportada por pilares em betão, que permitam a sua fácil desmontagem e remoção;*

"Leito" – *leito da albufeira*

Artº 10

1 c) – *Navegação recreativa e marítimo-turística, a remo, pedal ou vela (a permissão de aluguer de gaivotas contribuirá para a implementação e necessária rentabilização do Centro Náutico)*

4 – *é permitida a circulação de embarcações propulsionadas por motores eléctricos ou a 4 tempos, em operações de socorro, vigilância, fiscalização e apoio à prática do tele-sky*

Artº 11º

No plano de água, sem prejuízo do disposto na Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro, e Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio, está sujeita a autorização da ARH do Norte, I.P. a pesca com recurso a engodo, no âmbito de competições desportivas/concursos (Não faz muito sentido discriminar apenas algumas das utilizações sujeitas licenciamento/autorização

ARH do Norte, I.P.

Rua Formosa, 254 4049-030 PORTO PORTUGAL

GPS: 41°08'53.4"N | 8°36'20.1"W

tel.: +351 223 400 000 fax: +351 223 400 010

geral@arhnorte.pt www.arhnorte.pt



nos termos do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio. Assim, far-se-ia referencia apenas à que não é abrangida por aquele diploma).

Artº 21º

2.e) – *Posto de socorro e comunicações* (a vigilância só faz sentido em águas balneares. Tem sido esse o critério seguido, nomeadamente no Alto Rabagão)

3a) – eliminar (não há zona de banhos. Se vier a existir, aplica-se o 2b) do artigo 20º)

Artº 23º

K -nos termos previstos na alínea i do artigo 12º (e não do artigo 11º)...

Artº 25º.

1 – *Na zona reservada da albufeira, para além das interdições constantes do artigo 23º e sem prejuízo das obras que possam ser autorizadas nos termos dos números 2 e 5 do presente artigo, são interditas as seguintes actividades:*

1.i) – *a instalação ou ampliação de campos de golfe* (imposição legal, que não pode ser ultrapassada)

5c).....*numa faixa de 50metros, medida na horizontal, a partir da linha do NPA...*

Artº 28º

1 – *A abertura de novas vias de serviço ao tráfego automóvel ou a alteração das existentes, obedecerão aos.....*

Artº 38º

2 – *A autorização de cada zona de recreio e lazer obriga o respectivo titular, de acordo com o projecto específico a licenciar pelas entidades competentes, à instalação e manutenção das seguintes estruturas e serviços:*

2.d) - *Posto de socorros e, no caso de águas balneares, vigilância e assistência a banhistas*

3 – *As infraestruturas de apoio referidas no número anterior, em construção ligeira, terão uma área máxima de 75m2. (50m2para o balneário/vestiário e 25m2 para os sanitários. A*

permissão da sua implantação na zona reservada já está contemplada em 5a) do artº 25º. Aliás se a zona de recreio e lazer de Guilhofrei está totalmente inserida na zona reservada não podia ser de outra forma...)

Programa de Execução

Considera-se que a monitorização da qualidade do meio aquático na albufeira é da responsabilidade da ARH-N, I.P. em articulação com a AFN e que a promoção turística da albufeira bem como a beneficiação das zonas de recreio balnear e criação de novas áreas de lazer são da responsabilidade da Câmara Municipal em articulação com os privados.

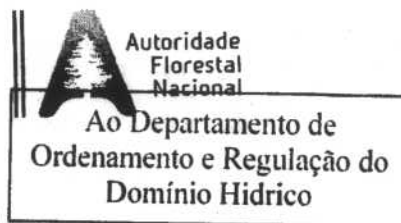
Com os melhores cumprimentos

A Directora do Departamento dos Recursos Hídricos do Interior

(Mária José Moura)



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas



04 JUN. 2010

Exmo. (s) Senhor (es)
INSTITUTO DA ÁGUA, IP
Dep. Ord. Reg. Domínio Hídrico
Divisão de Ord. E Valorização
Av. Almirante Gago Coutinho, 30
1049-066 Lisboa

Ana Seixas
Vice Presidente

S/ referência
SAI-Circular-DORDH-
DOV-2010-499

S/ data
24/05/2010

N/ referência
UGFM/ 000096

N/ data
28/05/2010

Assunto: 2º Parecer sobre a 3ª Fase do Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal,

Da análise dos documentos disponibilizados na plataforma do INGAG, cujo acesso nos foi remetido através de correio electrónico pelo Eng. Paulo Machado da Divisão de Ordenamento e Valorização, Departamento de Ordenamento e Regulação do Domínio Hídrico, do Instituto da Água, IP em Lisboa, e de acordo com o ofício acima identificado vimos referir o seguinte:

Parece não ter sido tomado em conta o parecer enviado em 5 Maio de 2009 ou este não foi devidamente entendido pela equipa técnica. Por este facto, desde já vimos sugerir uma reunião de trabalho a ser levada a cabo depois de 16 de Junho, por motivos da minha ausência para férias de 29 de Maio a 15 de Junho, no sentido de se poderem esclarecer todas as dúvidas que possam subsistir relativamente às posições tomadas nesta fase de acompanhamento do POA do Ermal.

Assim relativamente a cada um dos documentos apresentados informamos:

Volume I – Relatório

3.2. Caracterização Biofísica

Mantêm-se o referido no anterior parecer.

"Será necessário fazer o tratamento dos espaço florestais (segundo a definição PROF, Decreto regulamentar nº 17/2007 de 28/03), análise da situação actual, em termos de pontos fracos e pontos fortes, assim como, sub-regiões homogéneas, objectivos específicos e funcionalidades prioritizadas que devam ser enquadradas e consideradas em termos de análise do sistema biofísico e da proposta do plano (Regulamento e Planta de Síntese)."

Faz-se notar que uma parte do exposto já vinha referenciado no "Levantamento da situação actual" na Fase 1, embora nesta fase necessite de uma abordagem diferente.

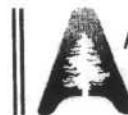
Relativamente ao PROF do Baixo Minho é necessária uma análise do território de incidência do POA do Ermal à luz daquele Plano Sectorial, destacando que a mesma é imprescindível para que se possa verter para as outras peças do plano as indicações e objectivos considerados no PROF, que, a não ser assim, aparecem desgarrados e sem sustentação.

AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL

SEDE
Av. João Crisóstomo, 26-28, 1069-040 LISBOA, Portugal
☎ +351.21 312 4800 ☎ +351.21 312 4980
info@afn.min-agricultura.pt
www.afn.min-agricultura.pt

DIRECÇÃO REGIONAL DAS FLORESTAS DO NORTE
UNIDADE DE GESTÃO FLORESTAL DO MINHO
Rua do Carmo, 31- 33 4700-309 BRAGA
☎ +351.253 273 853, 253 265 880/2 ☎ +351.253 269 506
xxx@dgrf.min-agricultura.pt

NIPC
600083586



Chama-se à atenção que na última reunião na CCDRN a 15 de Maio de 2009 optou-se por considerar toda a área do POA do Ermal como corredor Ecológico tendo em conta a sua coerência territorial.

A Caça não está devidamente retratada, nem no relatório nem em termos cartográficos, considerando que um dos objectivos do POA é a compatibilização de usos e funções, deverá esta actividade ser tratada de acordo com a sua representatividade e dinâmicas associadas. Dá-se nota que houve uma alteração nas Zonas de Caça, tendo o Processo n.º 4076 - ZCM de Rossas sido alterado pelo Processo n.º 5392 - ZCA de Rossas.

"No que se refere à caça a Albufeira do Ermal é envolvida por sete (7) zonas de caça:

Processo n.º 2735 - ZCA da Passareira

Processo n.º 3428 - ZCM de Vieira do Minho

Processo n.º 3600 - ZCA do Penedo da Água

Processo n.º 5392 - ZCA de Rossas (alterada)

Processo n.º 4084 - ZCA da Lage Branca

Processo n.º 4119 - ZCM do Ave

Processo n.º 4921 - ZCA do Penedo da Pinga

Todas as zonas de caça vão até aos limites da albufeira e não incluem o plano de água como terreno cinegético ordenado, ficando por isso a caça interdita dentro da albufeira. No entanto, podem-se caçar fora da mesma as espécies aprovadas nos respectivos planos de gestão (PG) ou planos de ordenamento e gestão cinegética (POEC)."

O mesmo se verifica com a Pesca.

"No que se refere à pesca, deverá ser tido em conta a existência da Zona de Pesca Reservada na Albufeira do Ermal. Esta ZPR foi criada pela Portaria nº 156/99, de 8 de Março, em toda a margem esquerda da Albufeira do Ermal, no Rio Ave, freguesia de Guilhofrei, concelho de Vieira do Minho, numa faixa de 50 metros medidos a partir da margem. Neste diploma encontra-se definido o regulamento. Anualmente são definidos por Edital:

- a) as espécies aquícolas que podem ser capturadas, respectivos períodos de pesca e dimensões mínimas;*
- b) nº máximo de exemplares de cada espécie a capturar por dia e por pescador;*
- c) nº máximo de licenças especiais a atribuir e os respectivos preços;*
- d) os locais onde são emitidas as licenças especiais diárias;*
- e) nº máximo de lotes e a distância mínima entre elas;*

Refere-se ainda que no ano de 2008 foram emitidas 78 licenças especiais diárias, para esta ZPR".

5.2. Síntese das Condicionantes Valores e Capacidade de Carga

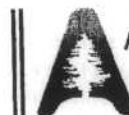
Mantêm-se o referido no anterior parecer.

"Relativamente às condicionantes legais, não foram consideradas: Áreas Percorridas por Incêndio (DL 55/2007 de 12/03, rectificado pelo DR 37/2007 de 09/05);

Áreas de Risco de Incêndio (decorrente da Carta de Perigosidade do PMDFCI (DL 124/2006 de 28/06, na redacção que lhe foi conferida pelo DL 17/2009 de 14/01), Classes de Perigosidade Alta e Muito Alta);

Áreas de incidência de Espécies Protegidas (DL 169/2001 de 25/05), ou seja áreas onde possam existir povoamentos e/ou núcleos de Sobreiros de valor ecológico elevado, que não sendo referidas nem cartografadas na Carta de Condicionantes, deverá ser salvaguardado no Regulamento um artigo que enquadre fisicamente esta restrição à alteração do uso do solo, que poderá ter a seguinte redacção "As manchas de espécies protegidas por legislação específica, que constituam povoamento e/ou, pequenos núcleos que revelem valor ecológico elevado, que pela dinâmica natural dos ecossistemas, possam ocorrer por alterações do coberto florestal devidas a regeneração natural, serão delimitadas cartograficamente, nos termos legais, em toda a área de incidência do POA, de forma a estarem permanentemente actualizadas e disponíveis."

Neste ponto que diz respeito às condicionantes, e se entendem como condicionantes "não apenas as condicionantes legais (servidões e restrições de utilidade pública) mas sim as situações que consubstanciam condicionantes à ocupação do território" nada é referido no que respeita às Áreas Percorridas por Incêndio, às Áreas de Risco de Incêndio e às Espécies Protegidas, todas elas consagradas na legislação em vigor.



II – Regulamento

Assegurar que o referido sobre o Volume I – Relatório, tem expressão no regulamento como disposições regulamentares.

Artigo 5º - **Servidões administrativas e restrições de utilidade pública:**

- Falta referir as Espécies Protegidas;
- No ponto 2 onde se lê, "As áreas abrangidas pelas servidões administrativas e restrições de utilidade pública referidas no número anterior, encontram-se delimitadas na planta de condicionantes", deve acrescentar-se, "excepto as espécies protegidas", devendo ser explicado o porquê de não estarem consagradas na planta de condicionantes;

- Deverá ser criado um novo ponto com a redacção referida anteriormente "As manchas de espécies protegidas por legislação específica, que constituam povoamento e/ou, pequenos núcleos que revelem valor ecológico elevado, que pela dinâmica natural dos ecossistemas, possam ocorrer por alterações do coberto florestal devidas a regeneração natural, serão delimitadas cartograficamente, nos termos legais, em toda a área de incidência do POA, de forma a estarem permanentemente actualizadas e disponíveis".

Artigo 11º - **Actividades condicionadas**

- Deverá ser criado um ponto 1 com a possível redacção "No plano de água da albufeira o exercício da pesca é condicionada à legislação da pesca em vigor";

- na alínea a) do agora ponto 2 onde se lê, "A pesca com recurso a engodo, no âmbito de competições desportivas ou de concursos" deve ser ler-se, "A pesca com recurso a engodo, no âmbito de competições desportivas, provas ou de concursos de pesca"

Artigo 12º - **Actividades interditas**

- na alínea d) onde se lê, "A caça, incluindo nas ilhas existentes no plano de água, até à aprovação de plano de gestão cinegética objecto de parecer favorável por parte da ARH do Norte, I.P", deve ser ler-se "A caça, incluindo nas ilhas existentes no plano de água, até à aprovação, por parte da AFN, do plano de gestão cinegética objecto de parecer favorável por parte da ARH do Norte, I.P"

Deverá ser efectuada a tradução Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, DL 124/2006 de 28/06, na redacção que lhe foi conferida pelo DL 17/2009 de 14/01 no Regulamento na Secção III, Zonamento e Actividades na Zona Terrestre de Protecção, Subsecção I, Disposições Gerais, ao nível dos artigos 23º- Actividades interditas, 24º - Actividades condicionada, 25º - Zona Reservada e 26º - Condições de Edificabilidade, garantindo que é extensível à Subsecção II, Disposições Especiais, no que for aplicável, relativamente aos artigos relativos ao Regime a aplicar às zonas de protecção definidas, nível II, Nível III e Nível IV. Sendo que esta matéria já estava acordada na última reunião a 15 de Maio de 2009, na CCDRN.

Artigo 24º - **Actividades condicionadas,**

- Alínea g) onde se lê, "As actividades agrícolas e florestais que impliquem significativas mobilizações do solo ou que possam conduzir ao aumento da erosão ou ao transporte de material sólido para o meio hídrico, excepto se previstas em Plano de Gestão Florestal que tenha sido objecto de parecer favorável por parte da ARH do Norte, IP", deve ler-se, "As actividades agrícolas e florestais que impliquem significativas mobilizações do solo ou que possam conduzir ao aumento da erosão ou ao transporte de material sólido



para o meio hídrico, excepto se previstas em Plano de Gestão Florestal, aprovado pela AFN". Decreto-Lei 16/2009 de 14 de Janeiro.

Artigo 25º - **Zona reservada**

- Número 2 alínea d) onde se lê, "A realização de aterros ou escavações, resultantes da prática agrícola ou florestal, nos casos em que estas actividades não estejam previstas em Plano de Gestão Florestal que tenha sido objecto de parecer favorável da ARH do Norte, IP", deve ler-se, "A realização de aterros ou escavações, resultantes da prática agrícola ou florestal, nos casos em que estas actividades não estejam previstas em Plano de Gestão Florestal aprovado pela AFN". Decreto-Lei 16/2009 de 14 de Janeiro.

- Número 3 onde se lê, "Quando os aterros e escavações referidos na alínea d) do número anterior se encontrem previstos em PGF que tenha sido objecto de parecer favorável da ARH do Norte, I.P., as referidas actividades ficam isentas de qualquer tipo de autorização ou licenciamento", deve ler-se, "Quando os aterros e escavações referidos na alínea d) do número anterior se encontrem previstos em PGF aprovado pela AFN, as referidas actividades ficam isentas de qualquer tipo de autorização ou licenciamento". Decreto-Lei 16/2009 de 14 de Janeiro.

Artigo 32º - **Regime**

- Número 2 não está sustentado em matéria de relatório.

Artigo 34º - **Regime**

- Número 1 não está sustentado em matéria de relatório.

Artigo 35º - **Âmbito**

- Número 4, esta matéria está consagrada no PROF, inclusive nas suas metas, e só desta forma pode aqui ser introduzida.

Artigo 36º - **Regime**

- Número 2 onde se lê, "Nas áreas agrícolas e nas florestais aplicam-se as regras decorrentes dos regimes estabelecidos na legislação específica designadamente do PROF BM" deve ler-se "Nas áreas agrícolas e nas florestais aplicam-se as regras decorrentes dos regimes estabelecidos na legislação específica designadamente do PROF BM, para as florestas".

- Número 3, não está de acordo com os objectivos específicos das duas SRH do PROF do BM, onde se inclui o POA do Ermal, deve ser alterado.

A referência ao PROF do BM em termos do Regulamento é de louvar, mas, como já referimos anteriormente, deve ser consequência da sua transposição para o POA do Ermal no Relatório.

Volume III – Programa de Execução

No quadro 2.3

No PROF do BM propõe-se ainda a promoção da actividade da pesca e a da criação de zonas de pesca. Este factor, não nos parece que tenha sido levado em conta no POA de Ermal.

Sublinha-se ainda que não é mencionado a fonte de financiamento para os custos inerentes às diversas acções propostas, devendo ser salvaguardado um quadro de financiamento para todas as acções previstas continua igual.

AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL



Volume IV – Relatório Ambiental

No quadro 5.3, onde constam os indicadores relativos à situação de partida, a situação actual para o indicador de avaliação "Áreas percorridas por incêndio", reporta-se a informação de 2006, devendo por tal facto, ser actualizada para 2009.

Peças Cartográficas do Plano

Planta de Condicionantes:

Por impossibilidade de nos pronunciarmos até ao final da semana sobre a carta de condicionantes, fica o parecer condicionado à sua análise posterior.

Mantêm-se o referido no anterior parecer, pois as áreas ardidas não foram desagregadas por anos, o que é necessário fazer, e nada é referido quanto às espécies protegidas.

"Restrições à alteração do uso do solo em terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios, sendo que nos povoamentos de Sobreiro percorridos por incêndio, a condicionante se aplica por 25 anos. Por se tratar de uma condicionante de carácter dinâmico, actualizada anualmente, deverá constar em carta anexa à Planta de Condicionantes, à escala 1:10.000, reproduzindo os 10 ou 25 anos transactos (tratando-se de povoamentos de sobreiro) e identificar a data dos incêndios em cada estrato, não podendo verificar-se na planta de síntese, sobreposição destas áreas com a proposta de espaços urbanos e urbanizáveis. Deverão também constar as Áreas de incidência de Espécies Protegidas".

Planta de Síntese

Deverão ser delimitadas e identificadas as sub-regiões homogêneas do PROF do Baixo Minho

Dá-se nota que já estava acordado na reunião do dia 15 de Maio de 2009 que se iria traduzir cartograficamente as sub-regiões homogêneas do PROF e identificar que:

- Para o Nível de protecção I a função é de Conservação;
- Para o Nível de protecção II a função é de Protecção;
- Para o Nível de protecção III a função é de Produção;

Tendo em conta as duas SRH onde se inclui o POA do Ermal.

Refira-se ainda que se verifica um lapso na cartografia disponibilizada na plataforma de acesso ao POA, a planta de condicionantes, traduz as áreas percorridas por incêndios e a planta das áreas percorridas por incêndio é a planta de condicionantes.

Tendo em conta o exposto neste parecer, não entendemos como necessária a nossa presença na reunião do dia 16 de Maio, ficando a aguardar a marcação de uma reunião de trabalho a realizar nas instalações da AFN na Sr. de Hora, em data a fixar, desde que, depois de 16 de Junho.

Com os melhores cumprimentos,

A Gestora da Unidade de Gestão
Florestal do Minho

Isabel Moreira da Silva

4 JUN. 2010

ESTIMAF-5650

IMS/APN

AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL

SEDE
Av. João Crisóstomo, 26-28. 1069-040 LISBOA. Portugal
☎ +351.21 312 4800 ☎ +351.21 312 4980
info@afn.min-agricultura.pt
www.afn.min-agricultura.pt

DIRECÇÃO REGIONAL DAS FLORESTAS DO NORTE
UNIDADE DE GESTÃO FLORESTAL DO MINHO
Rua do Carmo, 31- 33 4700-309 BRAGA
☎ +351.253 273 853, 253 265 880/2 ☎ +351.253 269 506
xxx@dgrf.min-agricultura.pt

NIPC
600083586

INSTITUTO DA ÁGUA, IP	
DIREÇÃO DIVISÃO DE ORDENAMENTO E VALORIZAÇÃO	
ENTRADA Nº 9259	PROTEÇÃO Nº 38249/1-D
CHEFE DE DIVISÃO	SEER
	SIGUE-SE
	CONHECIMENTO
	APROVADO
OCTUBRE DE DIVISÃO	
Paulo Machado	
Sua comunicação	

Arg. Luísa Azevedo

Sua referência 08/05/09

Ex.mo Senhor
Presidente do
Instituto da Água, IP
Av. Almirante Gago Coutinho, 30
1049-066 LISBOA

Ao Departamento de
Ordenamento e Regulação do
Domínio Hidrico

*Cópia Pres. ✓
Via PDS ✓*

José J. Rocha Afonso
Vice-Presidente

Nossa referência
DSOT/DSIRT
ID 599769
29.04.09

Assunto|Subject Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal
Parecer sobre os Elementos correspondentes à 3ª Fase Proposta de Plano

Na sequência da disponibilização dos elementos correspondentes à 3ª Fase de elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal – Proposta de Plano, e sem prejuízo da posição já transmitida na reunião de acompanhamento realizada a 21 de Abril, é entendimento da CCDR/Norte que subsistem algumas questões a ponderar e considerar antes apresentação da proposta final de Plano. Assim, a apreciação dos elementos em causa suscita-nos os seguintes comentários:

Em primeiro lugar, sugere-se que seja esclarecida a efectiva cota do nível de plano armazenamento (NPA) da albufeira e confirmada a correspondente tradução cartográfica do plano de água e da faixa de protecção. Esta questão pode influenciar de forma significativa diversas propostas do Plano, desde logo, a delimitação da zona reservada, uma eventual redelimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN), os designados “acertos aos perímetros urbanos”, a localização de equipamentos de apoio à utilização do plano de água e da envolvente.

Relatório

Recomenda-se a rectificação, no 3º parágrafo da pág. 10, do erro relacionado com as cotas máxima e mínima e uma revisão do texto do penúltimo parágrafo.

Constata-se que a referência à prevenção e protecção contra incêndios (4º ponto, na pág. 16) está incompleta e não tem representação na cartografia.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE,
DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E
DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Considera-se que o quadro 5.2 não é ilustrativo da relação entre os objectivos do POAE e as opções estratégicas.

Na pág. 27 afirma-se que é considerado o solo urbano definido em sede de revisão do Plano Director Municipal (PDM). Da análise efectuada, parece verificar-se um avanço de algumas das áreas urbanas no sentido da zona reservada --Risondo, Rio Longo, Souto de Monte e Lomba--, estranhando-se que essa situação não seja identificada como um conflito (pág. 30). Por outro lado, cumpre questionar sobre a validação desses perímetros em sede de revisão do PDM.

Chama-se a atenção para a utilização do termo *Zona Balnear*, que não corresponde ao conceito legal de zonas balneares designadas. A terminologia utilizada deverá ser revista em todas as referências ao nos diversos elementos escritos e cartográficos.

Sugere-se, também, que o Relatório desenvolva um pouco mais as opções de ordenamento e as propostas de intervenção, até porque deverá enquadrar o Programa de Execução. Neste contexto, parece insuficientemente justificada a navegação a motor e a possibilidade de acolher uma embarcação marítimo-turística.

Planta de Condicionantes

Entende-se que o "solo urbano" não deverá estar representado nesta planta mas sim o edificado, na base cartográfica.

As áreas florestais percorridas por incêndios nos últimos 10 anos --com a diferenciação por anos de ocorrência-- e as classes de perigosidade ou risco elevado e muito elevado de incêndio (da cartografia de risco florestal do PMDFCI) deverão estar identificadas na Planta de Condicionantes ou em planta anexa.

Nos recursos hídricos, deverão estar agrupadas as linhas de água e suas margens (10 metros), o leito e margem da albufeira (30 metros) e a zona reservada. Recomenda-se uma verificação da representação dos leitos dos cursos de água, nomeadamente, em situação de atravessamento de solo urbano onde se verificam interrupções. Constata-se que a margem da albufeira nem sempre está visível.

Quanto à REN, a proposta de "alargamento" da faixa de protecção por correcção da cota do NPA e respectiva representação fará sentido, embora qualquer decisão sobre esta matéria esteja dependente do esclarecimento inicialmente referido. No entanto, desde já se considera de transmitir que não merece acolhimento a proposta de "áreas a excluir da REN" correspondentes a "acertos aos

perímetros urbanos" tal como exposto na pág. 16 do Relatório. Acresce que, qualquer alteração à REN, exigirá sempre um procedimento autónomo.

As "estradas e caminhos municipais" e "outras vias não classificadas" não constituem servidão ou restrição de utilidade pública, pelo que não deverão estar representados nesta planta.

Planta Síntese

Quanto ao zonamento do plano de água, de referir novamente a utilização do termo *Zona Balnear* que não corresponde ao conceito legalmente estabelecido.

Mantêm-se algumas reservas quanto à forma de distinção, no local, das *zonas de navegação livre* das *zonas de navegação restrita*, que se faz com base na distância à linha de margem, em cada momento. Dando como exemplo o braço da albufeira que corresponde à Ribeira de Cantelães, considera-se impraticável o zonamento proposto, com uma pequena área de navegação livre totalmente rodeada por navegação restrita, sem pontos de referência que permitam a distinção entre elas.

No que diz respeito à zona terrestre de protecção, são definidos três níveis de protecção, sendo o nível I correspondente às áreas de maior sensibilidade ambiental (vegetação ripícola, carvalhais, matos e afloramentos rochosos), o nível II integrando áreas que visam essencialmente a protecção da água e do solo embora com elevado grau de artificialização (inseridas na RAN e na REN) e o nível III agrupando os espaços de valor ecológico pouco significativo, no qual se incluem as áreas de ocupação urbana.

Não se considera que seja adequado representar o *solo urbano definido em sede de revisão do PDM*, uma vez que ao POA não compete qualificar e classificar o solo.

Denota-se a ausência de alguma toponímia na base cartográfica bem como da representação das infra-estrutura e equipamentos mencionados no artigo 30º do regulamento.

Regulamento

No artigo 5º alínea a), deverão ser consideradas as sugestões já apresentadas sobre recursos hídricos, integrando a zona reservada. ?

A alínea d) está incorrectamente designada, devendo ser substituída por áreas percorridas por incêndio e áreas elevado e muito elevado risco ou perigosidade de incêndio florestal. ✓

No artigo 8º, ponto 3 falta a menção às Zonas de recreio e lazer e, quanto ao ponto 4, reitera-se a posição já manifestada quanto à delimitação do solo urbano definido em sede de revisão do PDM. ✓

O artigo 18º não deverá nomear-se Zonas Balneares, situação a rever em todo o regulamento.

No artigo 23º é regulado um embarcadouro, que não tem correspondência nem na Planta Síntese nem no Relatório. ✗

No Regime da Zona de Protecção de nível I (artigo 32º) seria conveniente referir quais as acções a promover tendo em vista a protecção e valorização das áreas nela integradas, tendo também presente as propostas do Programa de Execução.

Quanto ao Regime definido no artigo 36º para as Zonas de protecção de nível III, considera-se que, salvo as questões que se prendem directamente com a salvaguarda dos recursos, deveria remeter para a disciplina estabelecida nos PMOT aplicáveis. ✓

Relatório Ambiental

Da análise efectuada em articulação com a Divisão de Avaliação Ambiental da Direcção de Serviços de Ambiente, concluiu-se que o exercício de Avaliação Ambiental efectuada é válido e adequado ao tipo de plano em causa. Contudo, considera-se que há algumas questões que merecem referência:

- entende-se que, no enquadramento legal do RA se deveria ter referido o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro e a aplicação subsidiária do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho;
- é referido, na pág. 8 que *Os resultados da AAE apresentados no presente relatório incorporam os contributos efectuados pela entidades consultadas sobre o Relatório dos Factores Críticos para a Decisão.* No entanto, não são identificadas as entidades consultadas, nem é apresentado o contributo, nem, tão pouco, é explicitado o modo como as recomendações resultantes da referida consulta institucional foram consideradas, indicando ainda fundamentação para as sugestões não acolhidas;
- não se concorda com a opção de produzir o Resumo Não Técnico (RNT) apenas para efeitos de discussão pública. É nosso entendimento que o RNT deveria ter já sido apresentado para apreciação das entidades consultadas;

- considera-se que, não obstante ser apresentada cartografia no âmbito da proposta de plano, de modo a enquadrar geograficamente o objecto de avaliação, no RA deveria ter sido apresentada cartografia representativa, a escala adequada;
- no que se refere ao capítulo 3, verifica-se a incorrecção anteriormente detectada no que se refere à utilização do termo *Zona Balnear*. Por outro lado, sugere-se que, para a Zona de Protecção de nível I sejam referidas quais as acções a promover tendo em vista a protecção e valorização das áreas nela integradas;
- entende-se que o RA não deveria repetir o exercício desenvolvido no Relatório de Factores Críticos previamente objecto de apreciação;
- no que se refere à definição do Quadro de Referência Estratégico (QRE), considera-se ser de evitar a selecção de documentos do mesmo âmbito – dever-se-á optar por aquele cuja escala melhor se adapta ao exercício de avaliação (pe. Estratégia Nacional para as Florestas e Plano Regional de Ordenamento Florestal). Por outro lado, face à importância atribuída no RA à actividade turística, entende-se que esta temática deveria ter sido considerada na constituição do QRE;
- relativamente ao Quadro 5-2 – *Factores Críticos de Decisão e Indicadores de Avaliação*, considera-se que os *Indicadores* deverão estar inequivocamente associados aos respectivos *Critérios*, não devendo constar repetição de Indicadores. Acresce que, em nosso entender, a *Ocupação e uso do solo* tal como apresentada, não configura um indicador. No FCD *Recursos Naturais e Paisagísticos* sugere-se a inclusão de indicadores de monitorização das áreas de maior relevância ecológica bem como da área destruída por factores abióticos (fogo) ou por intervenções antrópicas. No FCD *Desenvolvimento Sócio-Económico* sugere-se a consideração da *Taxa de ocupação de alojamento turístico*, complementarmente à *Capacidade de alojamento turístico* e de *Intervenções de Qualificação nos imóveis com valor patrimonial identificados*;
- no que se refere à *Avaliação por Factor Crítico* (sub-capítulo 6.2.), entende-se haver aspectos da abordagem que necessitariam de concretização e desenvolvimento, já que, várias vezes, a informação apresentada nada acresce ao já explanado em capítulos anteriores;
- é ainda nosso entendimento que a fase de seguimento deveria ter sido apresentada de forma mais desenvolvida, quer no sentido da especificação de alguns aspectos das directrizes avançadas, quer no sentido da programação das acções a implementar. Refira-se ainda que, face ao enquadramento apresentado, não se antevê distinção entre as *Medidas destinadas a Prevenir, Reduzir e Eliminar Efeitos*

Adversos (sub-capítulo 6.3.) e as *Medidas de Controlo Previstas* (sub-capítulo 6.4.). No que concerne às últimas, recomenda-se que sejam apenas consideradas as que se prevê efectivamente evoluírem durante a vigência do Plano. Mais uma vez se chama a atenção para a utilização do termo Zonas balneares, quando a única zona balnear designada é a de Guilhofrei, depreendendo-se do Plano que é intenção da Câmara Municipal iniciar o procedimento tendente à designação de Santa Marta;

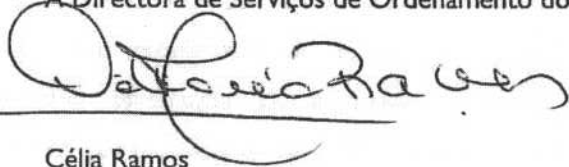
- face à quantificação apresentada relativamente à situação actual de alguns indicadores, sugere-se a apresentação de metas/objectivos futuros;
- considera-se que as frequências mínimas de avaliação decenal e quinquenal são demasiado intervaladas, pelo que se deveria considerar uma periodicidade menos espaçada.

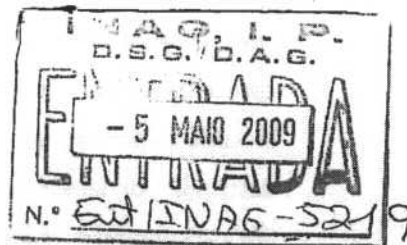
Programa de Execução

As Medidas e Acções consideradas no Programa de Execução parecem-nos adequadas à concretização dos objectivos e das propostas do POAE.

Com os melhores cumprimentos

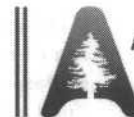
A Directora de Serviços de Ordenamento do Território


Célia Ramos



MGF/MAC





S/ referência
DORDH/DOV/2009/0265

S/ data
24/03/09

N/ referência
UGFM

N/ data
05/05/2009

Assunto: Parecer sobre a 3ª Fase do Plano de Ordenamento da Albufeira do Ernal,

Da análise dos documentos enviados através do vosso ofício DORDH/DOV/2009/0265 de 24/03/09 vimos referir o seguinte:

Volume I – Relatório

3.2. Caracterização Biofísica

Será necessário fazer o tratamento dos espaço florestais (segundo a definição PROF, Decreto regulamentar nº 17/2007 de 28/03), análise da situação actual, em termos de pontos fracos e pontos fortes, assim como, sub-regiões homogéneas, objectivos específicos e funcionalidades priorizadas que devam ser enquadradas e consideradas em termos de análise do sistema biofísico e da proposta do plano (Regulamento e Planta de Síntese).

No que se refere à caça a Albufeira do Ernal é envolvida por sete (7) zonas de caça:

Processo n.º 2735 - ZCA da Passareira

Processo n.º 3428 - ZCM de Vieira do Minho

Processo n.º 3600 - ZCA do Penedo da Água

Processo n.º 4076 - ZCM de Rossas

Processo n.º 4084 - ZCA da Lage Branca

Processo n.º 4119 - ZCM do Ave

Processo n.º 4921 - ZCA do Penedo da Pinga

Todas as zonas de caça vão até aos limites da albufeira e não incluem o plano de água como terreno cinegético ordenado, ficando por isso a caça interdita dentro da albufeira. No entanto, podem-se caçar fora da mesma as espécies aprovadas nos respectivos planos de gestão (PG) ou planos de ordenamento e gestão cinegética (POEC).

4. Condicionantes legais

Deverá ser efectuada a tradução do parágrafo 4 (relativo ao Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, DL 124/2006 de 28/06, na redacção que lhe foi conferida pelo DL 17/2009 de 14/01) no Regulamento na Secção III, Zonamento e Actividades na Zona Terrestre de Protecção, Subsecção I, Disposições Gerais, ao nível dos artigos 24º, Actividades interditas, 25 -º Actividades condicionadas, 26 – Zona Reservada e 27º- condições de edificabilidade I, garantindo que é extensível à Subsecção II, Disposições Especiais, relativamente aos artigos sobre Regime a aplicar às zonas de protecção definidas, nível I, Nível II, Nível III.



5.2. Síntese das Condicionantes Valores e Capacidade de Carga

Relativamente às condicionantes legais, não foram consideradas:

Áreas Percorridas por Incêndio (DL 55/2007 de 12/03, rectificado pelo DR 37/2007 de 09/05);

Áreas de Risco de Incêndio (decorrente da Carta de Perigosidade do PMDFCI (DL 124/2006 de 28/06, na redacção que lhe foi conferida pelo DL 17/2009 de 14/01), Classes de Perigosidade Alta e Muito Alta);

Áreas de incidência de Espécies Protegidas (DL 169/2001 de 25/05), ou seja áreas onde possam existir povoamentos e/ou núcleos de Sobreiros de valor ecológico elevado, que não sendo referidas nem cartografadas na Carta de Condicionantes, deverá ser salvaguardado no Regulamento um artigo que enquadre fisicamente esta restrição à alteração do uso do solo, que poderá ter a seguinte redacção *“As manchas de espécies protegidas por legislação específica, que constituam povoamento e/ou, pequenos núcleos que revelem valor ecológico elevado, que pela dinâmica natural dos ecossistemas, possam ocorrer por alterações do coberto florestal devidas a regeneração natural, serão delimitadas cartograficamente, nos termos legais, em toda a área de incidência do POA, de forma a estarem permanentemente actualizadas e disponíveis.”*

Volume II – Regulamento

Assegurar que o referido sobre o Volume I – Relatório, tem expressão no regulamento como disposições regulamentares.

No que se refere à pesca, deverá ser tido em conta a existência da Zona de Pesca Reservada na Albufeira do Ermal. Esta ZPR foi criada pela Portaria nº 156/99, de 8 de Março, em toda a margem esquerda da Albufeira do Ermal, no Rio Ave, freguesia de Guilhofrei, concelho de Vieira do Minho, numa faixa de 50 metros medidos a partir da margem. Neste diploma encontra-se definido o regulamento. Anualmente são definidos por Edital:

a) as espécies aquícolas que podem ser capturadas, respectivos períodos de pesca e dimensões mínimas;

b) nº máximo de exemplares de cada espécie a capturar por dia e por pescador;

c) nº máximo de licenças especiais a atribuir e os respectivos preços;

d) os locais onde são emitidas as licenças especiais diárias;

e) nº máximo de lotes e a distância mínima entre elas;

Refere-se ainda que no ano de 2008 foram emitidas 78 licenças especiais diárias, para esta ZPR.

Na alínea a) do Artigo. 10 - Actividades Condicionadas, condicionar a pesca com recurso ao engodo, o fora do âmbito das competições desportivas ou concursos de pesca

Na alínea c) do Artigo 10 – parece-nos que em vez de enumerarem toda a legislação de pesca, deveriam colocar apenas que o “exercício da pesca está condicionado á legislação da pesca em vigor”, garantido desta forma que a legislação se encontra sempre actualizada. A lei nº 7/2008 de 15 de Fevereiro, apesar de ter sido publicado, ainda não se encontra em vigor, só passará a estar, depois publicado o decreto regulamentar.

No que se refere à caça, devia ser previsto a proibição de utilização de bagos de chumbo a menos de 100 das margens da albufeira, para evitar a poluição da água (Saturnismo)

Na alínea d) do Artigo. 11 - Actividades Interditas, deverá ser apenas interdita a caça dentro do plano de água e ilhas existentes na Albufeira do Ermal.

Quanto à exploração do corço, só é autorizada a exploração cinegética do mesmo nas zonas de caça que apresentem um plano de monitorização com dois ou três anos de duração e se prove que a abundância desta espécie é suficiente para apresentar um plano global de gestão de caça

maior para o corço, onde são indicados o número a abater, machos ou/e fêmeas e respectivos processos de caça a adoptar em função do pretendido.

Peças Cartográficas do Plano

Planta de Condicionantes:

Implicações do DL 124/2006 de 28/06, na redacção que lhe foi conferida pelo DL 17/2009 de 14/01, PMDFCI, Cartografia de Risco de Incêndio, devendo constar, delimitadas, as parcelas do território integradas nas Classes de Perigosidade Alta e Muito Alta, onde é interdita a edificação. ✓

Restrições à alteração do Uso do solo em terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios, sendo que nos povoamentos de Sobreiro percorridos por incêndio, a condicionante se aplica por 25 anos. Por se tratar de uma condicionante de carácter dinâmico, actualizada anualmente, deverá constar em carta anexa à Planta de Condicionantes, à escala 1:10.000, reproduzindo os 10 ou 25 anos transactos (tratando-se de povoamentos de sobreiro) e identificar a data dos incêndios em cada estrato, não podendo verificar-se na planta de síntese, sobreposição destas áreas com a proposta de espaços urbanos e urbanizáveis. ✓

Deverão também constar as Áreas de incidência de Espécies Protegidas.

Planta de Síntese

Deverá ser delimitada identificada a sub- região homogénea do PROF do Baixo Minho

Volume III – Programa de Execução

No quadro 2.3 “Medidas de acção propostas no âmbito da Conservação da Natureza” (página 23), - as acções propostas no âmbito da pesca, vão de encontro aos objectivos específicos definidos na da Sub-Região homogénea Sra. da Abadia – Merouço do PROF BM.

Neste PROF propõe-se ainda a promoção da actividade da pesca e a da criação de zonas de pesca. Este factor, não nos parece que tenha sido levado em conta no POA de Ermal.

Sublinha-se ainda que não é mencionado a fonte de financiamento para os custos inerentes às diversas acções propostas, devendo ser salvaguardado um quadro de financiamento para todas as acções previstas.

Volume IV – Relatório Ambiental

Entendemos que devem ser analisados também o PNDFCI e o PMDFCI, em face da representatividade e importância dos espaços florestais no sistema biofísico, dinâmicas associadas e inerentes riscos, especialmente o risco de incêndio, que deveria ter sido considerado no estabelecimento dos Factores Críticos de Decisão e indicadores de avaliação, pela definição dos vectores estratégicos e de sustentabilidade efectuada.

Com os melhores cumprimentos.

Gestora da Unidade de Gestão
Florestal do Minho

Isabel Moreira da Silva

